

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GLENA LUIZA COVA BAPTISTA BRAGA

O CAMINHO DA TRANSPARÊNCIA:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE OS INDICADORES DE RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

RIO DE JANEIRO
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GLENA LUIZA COVA BAPTISTA BRAGA

**O CAMINHO DA TRANSPARÊNCIA:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE OS INDICADORES DE RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, Dra.

RIO DE JANEIRO
2009

B813

Braga, Gléna Luíza Cova Baptista

O caminho da transparência : um estudo exploratório sobre os indicadores da responsabilidade socioeconômica do Banco Central do Brasil / Gléna Luíza Cova Baptista Braga -- 2009.

91 f. ; 30 cm.

Orientador: Aracéli Cristina de Souza Ferreira

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Rio de Janeiro, 2009.

Bibliografia: f. 74-81

1. Contabilidade. 2. Responsabilidade social da empresa. 3. Balanço social. I. Ferreira, Aracéli Cistina de Souza. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. III. Título.

CDD 657

GLENA LUIZA COVA BAPTISTA BRAGA

**O CAMINHO DA TRANSPARÊNCIA:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE OS INDICADORES DE RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em

Prof. Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, D. SC. – Orientadora
FACC- UFRJ

Prof. José Ricardo de Maia Siqueira, D. Sc.
FACC-UFRJ

Prof. Hélio Arthur Irigaray, D.Sc.
UNIGRANRIO

*Para meus pais Criméa e Carlos , meu marido
Antonio e meus filhos João Marco e Luiza,
cujo amor inspira e torna valiosas todas as
minhas conquistas.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pela fé.

À minha família, de sangue e de coração, pelo amor, pela paciência e pelo apoio incondicional em todos os momentos.

À professora Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, pela orientação precisa e pela dedicação contagiante à preservação do meio ambiente.

Aos demais professores do programa de mestrado, pelos ensinamentos e pela convivência gentil e profícua.

Aos colegas da turma de 2007, pelo companheirismo, principalmente aos parceiros de todas as horas, Maycon e Dilo, um gratíssimo bônus do curso de mestrado.

Aos membros da banca, Prof. José Ricardo Maia de Siqueira e Prof. Hélio Arthur Irigaray, pelas observações oportunas e enriquecedoras.

Aos colegas do Desuc, pela amizade, pelo apoio e pela competência, fundamentais à minha formação humana e profissional.

Ao Grupo de Responsabilidade Social do Banco Central, em especial às amigas Liana e Vera, pelo exemplo, pelo incentivo e pelas contribuições valiosas. Aos colegas Elvira Cruvinel Ventura e José Antonio Barbosa, pelos conhecimentos compartilhados.

A meu cachorro Nick, pela vigília solidária durante os serões.

Não basta ser sustentável: é preciso “parecer” ser
(Andreas Müller e Fernanda Arechavaleta)

RESUMO

BRAGA, Gléna Luiza Cova Baptista Braga. **O caminho da transparência:** um estudo exploratório sobre a os indicadores de responsabilidade socioambiental do Banco Central do Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Tema bastante recorrente e atual, a Responsabilidade Social Corporativa vem sendo cada vez mais exigida pela sociedade, tanto de empresas privadas quanto das públicas, que devem incorporar, na sua gestão, a mudança de foco exigida pela adoção dos novos padrões éticos, sociais e ambientais. A divulgação de seu desempenho organizacional e as contribuições para o desenvolvimento sustentável, através dos relatórios sociais, vem sendo feita, no Brasil, de acordo com modelos preparados pelo Instituto Ethos, pelo Ibase e pelo GRI. Este trabalho objetivou, a partir da análise da evolução da RSC e da transparência do Banco Central do Brasil, propor indicadores de responsabilidade socioambiental, que possam servir de referência para a elaboração de um relatório de sustentabilidade para este órgão.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa. Relatório de Sustentabilidade. Banco Central do Brasil.

ABSTRACT

BRAGA, Glenda Luiza Cova Baptista Braga. **The path of transparency**: an exploratory study on indicators of social and environmental responsibility of the Central Bank of Brazil. Rio de Janeiro. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CSR (corporate social responsibility), a recurrent and very up-to-date theme, is being increasingly demanded by society, both to private as public organisations, which have to incorporate in their management, the change of focus required by the adoption of new ethical, social and environmental standards. Their organisational performance and contributions to sustainable development, disclosed through social reports, is being done in Brazil, according to models proposed by the Instituto Ethos, by Ibase and by the GRI (General Reporting Initiative). This study aimed at, based on the analysis of the evolution of its CSR and transparency, proposing social and environmental indicators that could be used as a reference in the construction of a sustainability report of the Central Bank of Brazil.

Key words: Corporate Social Responsibility. Sustainability Report. Central Bank of Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1	Modelo de relatório da 3ª versão do GRI.	33
Quadro 2	Principais áreas ou estruturas específicas de RSC nos maiores bancos privados.	36
Quadro 3	Estrutura do Relatório Anual do BNDES	39
Quadro 4	Estrutura do Relatório Social do BNB 2007	41
Quadro 5	Estrutura do Relatório de Gestão do BASA 2007/2008	42
Quadro 6	Estrutura do Relatório Trimestral do BB 4/2008	44
Quadro 7	Estrutura do Relatório Social da CEF 2007	45
Quadro 8	Estrutura do Relatório de Administração do Banco Central 2008	58
Quadro 9	Resumo dos Relatórios Analisados	59
Quadro 10	Balanço Social Bacen/Ibase	69

FIGURAS

Figura 1	Níveis de Aplicação dos Relatórios GRI	34
Figura 2	Organograma do Banco Central	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
Bacen	Banco Central do Brasil
BASA	Banco da Amazônia S.A
BB	Banco do Brasil S.A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBRC	Comissão Reguladora Bancária da China
CEF	Caixa Econômica Federal
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CERES	Coalition Environmentally Responsible Economies
CMN	Conselho Monetário Nacional
COPOM	Comitê de Política Monetária
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DEMAP	Departamento de Recursos Materiais e Patrimônio do Banco Central do Brasil
DEPES	Departamento de Gestão de Pessoas do Banco Central do Brasil
DESEG	Departamento de Segurança do Banco Central do Brasil
DINSA	Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental
DIRAD	Diretoria de Administração do Banco Central do Brasil
DVA	Demonstração de Valor Adicionado
FDIC	Federal Deposit Insurance Company
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
Fed	Federal Reserve Bank
GAAP	Generally Accepted Accounting Principles
GERSE	Gerência Nacional de Responsabilidade Social Empresarial da Caixa
GRI	Global Reporting Initiative
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IERSE	Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial

ISEA	Institute of Social and Ethical Accountability
MPE	Ministério da Proteção Ambiental da China
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OTS	Office of the Thrift Supervision
OUVID	Ouvidoria do Banco Central do Brasil
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
RSC	Responsabilidade Social ou Sócio-ambiental Corporativa
SECRE	Secretaria executiva da Diretoria do Banco Central do Brasil
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
Unibacen	Universidade Banco Central do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA	15
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	16
1.3 OBJETIVOS	17
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	18
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 AÇÃO SOCIAL, RESPONSABILIDADE SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	21
2.2 PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	23
2.3 AVALIAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DO DESEMPENHO SOCIAL DAS EMPRESAS	25
2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL E MODELOS DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE	27
2.4.1 Indicadores Ethos	28
2.4.2 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)	29
2.4.3 Global Report Initiative (GRI)	31
3 EVIDÊNCIA SOCIAL NO SETOR BANCÁRIO	35
3.1 O BALANÇO SOCIAL E OS BANCOS	35
3.2 EXERCÍCIO E DIVULGAÇÃO DA RSC DOS BANCOS PÚBLICOS	37
3.2.1 BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	37
3.2.2 Banco Nacional do Nordeste S/A - BNB	39
3.2.3 Banco da Amazônia S/A - BASA	41
3.2.4 Banco do Brasil S/A - BB	42
3.2.5 Caixa Econômica Federal - CEF	44
4 METODOLOGIA.	46
4.1 MÉTODO DE PESQUISA	46
4.2 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	47

5 ESTUDO DE CASO: O BANCO CENTRAL DO BRASIL	49
5.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	49
5.2 MISSÃO E ESTRUTURA DO BANCO CENTRAL	51
5.3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	54
5.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS DO BANCO CENTRAL	57
6 RUMO À TRANSPARÊNCIA.	59
6.1 JUSTIFICATIVAS PARA A SELEÇÃO DOS INDICADORES	60
6.2. INDICADORES PROPOSTOS	60
6.2.1 Indicadores sugeridos do GRI	61
6.2.2 Indicadores sugeridos do modelo Ibase	67
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	71
7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
7.2 SUGESTÕES	72
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE	82
APÊNDICE A	83
JUSTIFICATIVAS PARA A ESCOLHA DOS INDICADORES	

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Responsabilidade Social ou Socioambiental Corporativa (RSC) é um tema recente, mas de crescente interesse na mídia, empresariado, academia, governo e sociedade civil no Brasil. Não há uma lista rígida de coisas que uma empresa deve fazer para ser socialmente responsável. Porém, apesar de não existir uma definição consensual, responsabilidade social envolve uma gestão empresarial mais transparente e ética e a inserção de preocupações sociais e ambientais nas decisões e resultados das empresas. RSC diz respeito à maneira como as empresas agem, como impactam e se relacionam com o meio ambiente e suas partes legitimamente interessadas (os chamados "*stakeholders*"). Tudo isto reflete governança corporativa, ou seja, como uma organização é governada, e conseqüentemente afeta seus resultados econômico-financeiros (OLIVEIRA, 2005).

A discussão em torno da atuação social das empresas e da construção de uma ética empresarial acabou tendo consequências concretas, pois muitas empresas começaram a investir em áreas sociais, tradicionalmente ocupadas somente pelo Estado. Além disso, as formas tradicionais de relacionar-se com funcionários e fornecedores foram modificadas, bem como sua relação com o meio ambiente e com as comunidades mais próximas (FERREIRA et al, 2004).

Por outro lado, embora a discussão sobre a prática da Responsabilidade Social tenha se iniciado no campo da iniciativa privada – até porque, por definição, tal incumbência é intrínseca ao setor público – tendo em vista a dimensão que a questão alcançou e a abrangência corrente deste conceito, a sua aplicação à esfera pública apresenta-se pertinente (VÉRAS, 2009).

A partir da década de 1980, assistiu-se, nos países capitalistas, a reformas de Estado que visavam diminuir o tamanho do aparato estatal e os gastos públicos, resultando na reestruturação do modo de intervenção e gestão do aparelho estatal. Além de medidas cada vez mais rígidas de controle dos gastos, essa primeira geração de reformas teve como resultados principais privatizações, concessões e estabelecimento de parcerias entre governo e iniciativa privada e, ainda, a redefinição do papel do Estado, que passa de executor para indutor e regulador das atividades econômicas (REZENDE, 2002). Já uma segunda geração de reformas centrou a discussão na necessidade de maior eficiência na gestão dos recursos

públicos e na demanda de maior participação da sociedade na gestão e na supervisão dos serviços públicos (PRADO, 2006).

Associando o tema da regulação com a necessidade de transparência, mais recentemente surgem debates sobre a acessibilidade das informações públicas e, conseqüentemente, a melhor prestação de contas dos governantes à sociedade (PRADO, 2006).

Assim, algumas iniciativas públicas já contemplam essa maior cobrança pela sociedade, destacando-se o Portal da Transparência ¹, do Governo Federal. Dentre as Orientações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico para Empresas Multinacionais², citadas neste Portal, destacamos uma referente à divulgação de informações:

As empresas devem garantir a divulgação de informações financeiras e não financeiras de qualidade, como relatórios de impactos ambientais e sociais de suas atividades, declarações de conduta empresarial e de relações com os empregados e outros interessados. É importante também que mantenham a sociedade informada sobre os canais de contato com a empresa, como telefones, endereços eletrônicos e postais (BRASIL. Ministério..., [200-?]).

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Apesar da difusão dos conceitos de responsabilidade social e, embora divulguem habitualmente um grande número de publicações de natureza econômica, os bancos centrais, de acordo com pesquisas feitas no Federal Reserve, no Banco Central da Índia e no Banco Central da União Européia, não publicam balanços sociais.

Este padrão também é adotado pelo Banco Central do Brasil como demonstram as publicações do Boletim Mensal, do Relatório Anual, do Relatório de Estabilidade Financeira, do Boletim Regional e do Relatório de Inflação, entre outros, todos ligados ao desempenho de sua missão.

Assim, em que pese ter incluído em seu planejamento estratégico para o período 2007-2011, a Responsabilidade Social como um Valor Organizacional, o Bacen não publica um relatório social.

Tem-se observado, entretanto, nos últimos anos, uma maior preocupação da instituição com os impactos socioambientais de sua atuação, através da divulgação de algumas publicações com caráter social, cabendo citar o Boletim de Responsabilidade Social do

¹ Canal lançado em novembro de 2004 pelo qual o cidadão pode acompanhar a execução financeira dos programas de governo, em âmbito federal.

² “Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (Diretrizes)” são recomendações dirigidas pelos Governos às empresas multinacionais. Estabelecem princípios e padrões de cumprimento voluntário, consistentes com a legislação aplicável, com vistas a uma conduta empresarial responsável.

Sistema Financeiro, divulgado desde dezembro de 2005, e as cartilhas do Programa de Educação Financeira, que se destinam a informar os cidadãos sobre a atuação do Banco Central como agente promotor da estabilidade financeira e fornecer orientação sobre assuntos financeiros em geral.

Na mesma linha, desde 1999, o Bacen vem prestando contas à sociedade de sua atuação, através da publicação, do Relatório de Administração, conforme previsto no Voto CMN 101/96 de 22.05.1996:

[...] na esteira dos procedimentos voltados à implementação de um adequado intercâmbio de informações com a sociedade, mormente, quanto às atividades desenvolvidas por este Banco [...] sejam o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado acompanhados de “Relatório de Administração”, cabendo notar que:
a) o documento permitirá a explicitação das principais ações desenvolvidas e dos resultados alcançados pelo Órgão [...].

Entretanto, este documento, embora tenha representado um grande avanço sobre as publicações usuais do Bacen, em termos de “accountability”, não vem cumprindo totalmente sua função de ser um verdadeiro relatório social, pois não teve a divulgação necessária (VENTURA,1999), além de não incorporar diversos aspectos socioambientais, através da evidenciação de indicadores específicos.

Desta forma, o objetivo deste estudo seria, a partir de uma indagação a respeito da natureza e da abrangência da Responsabilidade Social das administrações públicas, através do estudo de caso do Banco Central do Brasil (Bacen), analisar a evolução de sua responsabilidade social e propor indicadores que pudessem servir de referência para a construção de um relatório que espelhasse seu envolvimento com o desenvolvimento sustentável.

O problema de pesquisa seria, portanto:

Que indicadores poderiam espelhar o envolvimento do Banco Central do Brasil com o desenvolvimento sustentável?

1.3 OBJETIVOS

Esta pesquisa apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo principal: fazer um estudo exploratório sobre os indicadores de responsabilidade socioambiental do Banco Central do Brasil

Objetivos secundários:

a) analisar o estágio atual da Responsabilidade Social Corporativa e sua evidenciação, de forma geral e, em particular, nos Bancos Públicos.

b) analisar a evolução da responsabilidade social e da transparência do Banco Central do Brasil.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Cada vez mais, a sociedade cobra posicionamento social e ambientalmente responsável por parte das organizações, sejam privadas ou públicas. O que se tem observado é que as organizações governamentais têm sido mais demandadas sobre o cumprimento de sua Responsabilidade Social, em decorrência de sua função pública (TOSINI; CRUVINEL, 2007).

Observa-se então um movimento do governo federal no que tange à implementação de medidas visando à sustentabilidade, como o Decreto 5940/06, que trata do aproveitamento dos resíduos descartados por órgãos da administração direta e indireta. (TOSINI; CRUVINEL, 2007).

Da mesma forma, diversas instituições financeiras internacionais têm formulado políticas de RS e adotado critérios socioambientais em suas avaliações de crédito, como, por exemplo, o Banco Mundial e o BID.

Tem-se, ainda, o caso recente da China que, através de uma série de regulamentos financeiros ambientais executados pelo Ministério da Proteção Ambiental (MPE) em parceria com diversos agentes financeiros, utilizou o poder destes para fornecer incentivos e desincentivos para os seus clientes, com relação ao consumo de energia e poluição. “Os bancos chineses foram a primeira parte do setor financeiro a ser regida pelo novo “Regulamento Verde”. O MPE, em parceria com o Banco Popular da China (Banco Central), e a Comissão Reguladora Bancária da China (CBRC) introduziu a política 'Crédito verde' em julho de 2007. A política estabelecia uma “lista negra” de crédito das companhias que não cumprem as normas ambientais, conforme determinado pelo MPE, devido a seu consumo elevado de energia, a poluição e aos riscos ambientais (MATISOFF; CHAN, 2008).

Da mesma forma, vários órgãos reguladores e supervisores como o *Federal Reserve*, o *Office of the Thrift Supervision* (OTS) e o *Federal Deposit Insurance Company* (FDIC) têm orientado as instituições financeiras a avaliar os riscos ambientais na concessão dos créditos (TOSINI; CRUVINEL, 2007).

Nesta linha, pode ser citada a Resolução 3.545 do Conselho Monetário Nacional de 29.02.2008 que alterou o Manual de Crédito Rural para estabelecer exigência de

documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

Entretanto, em que pese o papel cada vez mais relevante dos órgãos reguladores e supervisores para a Responsabilidade Social, pesquisas feitas em diversos bancos centrais, como o Federal Reserve, o Banco Central da China, o Banco Central Europeu e o Banco Central do Chile, demonstraram que nenhum deles evidencia sua responsabilidade social através de um relatório específico.

A escolha do Banco Central para objeto de estudo de caso tem, portanto, múltiplas vertentes: além de tratar-se do órgão regulador e supervisor das instituições financeiras, tendo, portanto, uma missão mais ampla que aquela dos bancos centrais clássicos³, seria ainda um órgão pioneiro na divulgação de suas ações socioambientais.

Criado em 1964, nos anos iniciais da Ditadura, o Bacen foi, durante muito tempo, visto como um órgão hermético, cujas ações eram desconhecidas pela sociedade. Com efeito, o que se observou ao longo do tempo foi que, à medida que suas atribuições evoluíam para as de um banco central clássico, o que se consumou em 1988 com a nova Constituição, foi também sendo cobrada uma maior transparência de seus atos pela sociedade.

Sua responsabilidade social, a princípio focada apenas na manutenção de preços e na estabilidade do sistema financeiro, vai se aprofundando aos poucos, consubstanciada em iniciativas na área de pessoal, de relacionamento com a sociedade e ambiental.

Assim, a divulgação de um relatório social do Bacen teria um grande impacto não só pela mudança cultural que representa, mas também pelo efeito exemplar já que sua iniciativa, além do exercício da “accountability”, serviria também para incentivar sua adoção por outras empresas do setor público e agências reguladoras.

Merece destaque a oportunidade de estudo já que, em seu “Planejamento Estratégico 2007-2011”, o Bacen incluiu a Transparência e a Responsabilidade Social como “Valores Organizacionais” e a Visão de Futuro prevê que “o Bacen será reconhecido cada vez mais como instituição essencial à estabilidade econômica e financeira, indispensável ao desenvolvimento sustentável do Brasil” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007, p.57).

³ As funções de um banco central clássico são: a) monopólio de emissão; b) banco dos bancos; c) banqueiro do governo; d) superintendente do sistema financeiro; e) executor da política monetária; f) executor da política cambial; g) depositário das reservas internacionais e h) assessor econômico do governo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004).

Na mesma linha, através da Portaria 51.541, de 4 de maio de 2009, o Banco Central criou um grupo de trabalho para propor a estrutura de uma área dedicada à Responsabilidade Social.

Finalmente, a expansão do número de empresas com balanço social nos últimos anos é um dos indicadores da relevância do tema e nos revelou, também, o incremento da prática anual das companhias em publicar e disponibilizar seus dados e suas informações socioambientais por meio desse instrumento (TORRES, 2009).

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Os indicadores propostos têm como objetivo a maior transparência do Bacen, através da divulgação de suas ações no campo socioambiental.

Assim, em que pese suas características únicas, já que o Banco Central do Brasil é uma autarquia especial, criada pela Lei nº 4.595/64, cuja missão compreende, entre outros, a manutenção do poder de compra da moeda e a solidez do sistema financeiro, os indicadores sugeridos baseiam-se em modelos já existentes, aplicáveis, em sua maior parte, tanto a empresas públicas como privadas, havendo somente um pequeno número de indicadores específicos que se relacionam a órgãos públicos e a instituições financeiras.

Por outro lado, não foi objeto deste estudo discutir a abrangência da responsabilidade social do Banco Central.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AÇÃO SOCIAL, RESPONSABILIDADE SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

As ações sociais podem ser desenvolvidas em dois níveis: o da obrigação social e o da responsabilidade social. Essa diferença se dá nos seguintes termos: a obrigação social corresponde àquilo que a empresa faz pelo social que está previsto por lei, desde o pagamento de impostos até a utilização de filtros nas chaminés de fábricas. Ela (a empresa) apenas cumpre (quando cumpre) as obrigações impostas pela legislação à qual esta submetida (CORRÊA; MEDEIROS, 2003).

Para Melo Neto e Fróes (2001) as ações sociais variam entre os níveis da filantropia e da responsabilidade social. Ações filantrópicas são aquelas desenvolvidas de forma restritas e pontuais. Geralmente, partem dos empresários e não das organizações; são desejos e vontades individuais. Não necessitam de planejamento, organização, monitoramento, acompanhamento e avaliação. Tais ações trazem em seu bojo reflexos de benevolência, traduzidas em atos de caridade. A filantropia é uma simples doação, fruto da maior sensibilidade e consciência social do empresário. A responsabilidade social é uma ação transformadora. Uma nova forma de inserção social e uma intervenção direta em busca da solução de problemas sociais.

“A responsabilidade social é uma ação estratégica da empresa que busca retorno econômico social, institucional, tributário-fiscal. A filantropia não busca retorno algum, apenas o conforto pessoal e moral de quem a pratica.”
(MELO NETO; FRÓES 2001, p. 28)

A visão da empresa no início do século XX era aquela preconizada por Milton Friedman, ou seja, o desempenho econômico-financeiro e seus retornos para os acionistas (*stockholders*) era o principal, senão o único, objetivo de uma empresa. Assim, a empresa era independente dos outros atores da sociedade.

A primeira publicação sólida referente à responsabilidade social ocorreu em 1953 por Howard R. Bowen, através do livro intitulado “Responsabilidade social dos homens de negócios” onde dentre os diversos questionamentos ponderados por Bowen, estavam os papéis e responsabilidades que a sociedade poderia esperar dos administradores (CARROLL, 1999 apud FERREIRA, 2007).

Inicialmente, dois pontos eram fundamentais: o direito dos consumidores e a preservação do meio ambiente, mas, com o passar do tempo, a noção de RSE se aplicou a uma gama muito mais ampla de ações e atitudes.

A evolução das discussões e das pressões sobre a responsabilidade social das empresas, em muito acirrada pelo artigo polêmico de Milton Friedman (1970), "The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits", evidenciou que a sociedade já não mais dissociava os interesses corporativos das questões de cunho social e ambiental.

Na década de 80, observou-se uma tendência generalizada de reformas visando à diminuição do papel do Estado fortalecida por políticas intervencionistas adotadas como consequência da crise de 1929. Inicialmente, as reformas visavam diminuir o tamanho do aparato estatal e os gastos públicos, tendo como resultados principais privatizações, concessões e o estabelecimento de parcerias entre governo e iniciativa privada e, ainda, a redefinição do papel do Estado, que passa de executor para indutor e regulador das atividades econômicas (REZENDE, 2002).

Diante deste quadro, começa a surgir a consciência de que as empresas deverão ser vistas como "parceiras" na promoção do bem estar social. Sua inserção harmônica e solidária na sociedade deveria ser obtida a partir de parâmetros não só econômicos, mas também éticos.

Embora haja uma clara percepção das expectativas abrangidas pelo conceito de Responsabilidade Social Corporativa, sua definição torna-se muito difícil já que envolve desde a noção de obrigação ou cumprimento de lei até a vontade própria, caridade e conscientização da empresa (REIS, 2007).

Para o Instituto Ethos (2005), um das instituições mais reconhecidas na área e que certifica empresas ditas socialmente responsáveis,

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Ashley (2002), por sua vez, conceitua Responsabilidade Social Corporativa como:

[...] uma responsabilidade básica da gestão de recursos humanos que inclui, geralmente, a adoção de códigos de conduta, de política de qualidade de vida no trabalho, de participação nos lucros, de oportunidade iguais e de padrões e acordos internacionais (a exemplo da SA 8000), que servem de parâmetros para auditorias e certificações.

Segundo o World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)⁴, a responsabilidade social corporativa seria:

⁴ O WBCSD é uma instituição sediada na Europa que representa 185 grupos multinacionais, com faturamento anual de \$6 trilhões, que lidera em todos os continentes a implantação de um novo modelo de desenvolvimento (ALMEIDA apud VENTURA, 1999)

[...] o compromisso permanente da empresa com um comportamento ético e com o desenvolvimento econômico, bem como com a melhoria da qualidade de vida dos empregados e seus familiares, da comunidade local e da sociedade como um todo (ALMEIDA, 2007, p. 163).

Outra definição seria “Responsabilidade Social pode também ser o compromisso que a empresa tem com o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade devida dos empregados, sua comunidade em geral” (JARAMILLO; ANGEL apud ASHLEY, 2002).

Para Carroll (1979, p. 500), cujo modelo de responsabilidade social empresarial é um dos mais citados na literatura, “a responsabilidade social de uma empresa engloba as expectativas econômicas, legais, éticas e filantrópicas que uma sociedade tem das organizações em um determinado momento” (Tradução nossa).

Entretanto, qualquer que seja o conceito adotado, fica evidente que a RSC pressupõe uma mudança de atitude por parte dos administradores da empresa, que passam a enfatizar questões até então relegadas, como a ética. Faz-se necessário que haja uma ampliação do alcance das responsabilidades da empresa, não se limitando a um pequeno círculo de pessoas ou interessados e a ações pontuais. Da mesma forma, suas responsabilidades passam a não ser somente de natureza econômica e legal, mas também social e ética.

Responsabilidade Social, portanto:

[...] é uma prática moral, orientada pela ética, que vai além das obrigações legais e econômicas, rumo às sociais, respeitando-se a cultura e as necessidades e desejos das pessoas. A responsabilidade social pressupõe consciência e compromisso das empresas com mudanças sociais. Impõe que elas reconheçam sua obrigação não só com os acionistas e clientes, mas também com os seres humanos, na busca de uma sociedade mais justa, honesta e solidária, uma sociedade melhor para todos (PASSOS, 2004, p. 166)

2.2 PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA:

Não há uma lista rígida de coisas que uma empresa deve fazer para ser socialmente responsável. Porém, apesar de não existir uma definição consensual, responsabilidade social envolve uma gestão empresarial mais transparente e ética e a inserção de preocupações sociais e ambientais nas decisões e resultados das empresas. RSC diz respeito à maneira como as empresas agem, como impactam e como se relacionam com o meio ambiente e suas partes legitimamente interessadas (os chamados “*stakeholders*”). Tudo isto reflete governança corporativa, ou seja, como uma organização é governada, e conseqüentemente afeta seus resultados econômico-financeiros (OLIVEIRA, 2008).

A efetiva Responsabilidade Social Corporativa, tal como é preconizada, deve contemplar, pelo menos, quatro dimensões: a pessoal, a social, a política e a econômica, que

se interrelacionam formando um todo, do qual a sociedade sofre suas conseqüências diretas, sejam boas, sejam más. De igual modo, a opção pela Responsabilidade Social Corporativa implica rever a relação entre meios e fins, colocando o ser humano no centro dos objetivos. Implica assumir a sua responsabilidade pelo poder que possui, além de buscar formas para alcançar o padrão desejado das condições de vida e de uma sociedade mais justa (MIRANDA, 2005).

O que se espera da Responsabilidade Social Corporativa, portanto, são ações que transformem a realidade vivida pela sociedade, estimulando e fomentando o desenvolvimento do indivíduo e da sua cidadania. Responsabilidade Social compreende ações desenvolvidas para com a sociedade, tratamento adequado aos funcionários e bom relacionamento com os acionistas, clientes e fornecedores, com os *stakeholders*, enfim. Essas ações exigem periodicidade, método e sistematização e, principalmente, gerenciamento efetivo. O que se busca é a “autosustentabilidade de grandes e pequenas comunidades” (MELO NETO; FRÓES, 2001).

Da mesma forma, a utilização dos códigos e das normas da contabilidade para avaliação socioambiental da empresa deverá ser um instrumento proativo para a mudança de comportamento dos funcionários com relação à sustentabilidade e não apenas uma ferramenta de marketing (ALMEIDA, 2007).

Contudo, e apesar do clima favorável à participação das organizações na resolução dos problemas sociais, a preocupação com a Responsabilidade Social nos negócios tem sido alvo de calorosos debates entre críticos e defensores.

Aqueles que defendem a Responsabilidade Social das empresas afirmam existir uma correlação direta entre a adoção de princípios socioambientais e o seu resultado financeiro. Segundo estes autores, cada vez mais a responsabilidade social das empresas ultrapassa suas obrigações legais, o que vem de encontro ao pensamento de outra corrente para quem o único objetivo da empresa é o aumento dos lucros (DAMKE; SOUZA, 2005).

Defensores da Responsabilidade Social afirmam que há uma correlação direta entre os princípios sociais e ambientais da organização e seu desempenho financeiro. Segundo esta corrente de pensamento, cada vez mais a Responsabilidade Social das empresas extrapola suas obrigações legais, o que vem de encontro do pensamento de outros autores defensores do aumento dos lucros como objetivo único da empresa.

De acordo com alguns autores nacionais, como Ashley et al (2002), Toldo (2002) e Orchis, Yung e Morales (2002), as estratégias empresariais baseadas nos pressupostos da responsabilidade social e ambiental deverão conduzir as empresas que as adotarem ao

desenvolvimento sustentável. Os argumentos a favor da RES se baseiam no fato de que os impactos positivos da empresa sobre a sociedade tendem a se refletir positivamente sobre seus lucros. Por outro lado, as ações de responsabilidade social têm um impacto positivo sobre a imagem da empresa junto à sociedade, pelo seu conteúdo ético e diminuem a necessidade de regulamentação governamental.

Dentre os autores contrários à prática da RSC, destacamos Friedman, Manne e Chamberlain, para quem a responsabilidade social das empresas refere-se a gerar empregos, pagar salários e recolher tributos. A RSC geraria custos adicionais que impactariam negativamente o desempenho da empresa (FRIEDMAN, CHAMBERLAIN, MANNE apud, ASHLEY, 2002).

Drucker (apud MIRANDA, 2005) também defende que ser socialmente responsável implica ser responsável, acima de tudo, pelo empreendimento porque a responsabilidade social corporativa torna-se inviável quando o negócio vai mal: “Negócios doentes nas finanças, nas estratégias e na gestão jamais serão negócios socialmente responsáveis no longo prazo. Não gerarão nem manterão empregos. Não contribuirão para gerar nem para aumentar a renda de seus empregados”.

O que se depreende das inúmeras definições e correntes referentes à responsabilidade social é que seu exercício por algumas empresas já significou a criação de novos patamares de gestão, enfatizando a ética e a transparência e a sustentabilidade, remendando sua adoção ou, pelo menos, sua evidenciação.

2.3 AVALIAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DO DESEMPENHO SOCIAL DAS EMPRESAS

Quase todos os instrumentos desenvolvidos para a colocação dos conceitos para a prática de um comportamento empresarial começam como mecanismos de adesão voluntária mas, à medida que vão sendo adotados, tendem a se transformar em normas, alterando o próprio cenário no qual as empresas operam (ALMEIDA, 2007).

Assim como em relação ao desempenho econômico, também o desempenho social de uma empresa pode ser avaliado e, para tanto, vem sendo desenvolvidos diversos indicadores e instrumentos.

Em 1997, Michael Hopkins propôs um modelo de avaliação baseado no Corporate Social Performance de Donna Wood, no qual nove elementos avaliam os perfis de Responsabilidade social das empresas: legitimidade, responsabilidade pública, arbítrio dos executivos, percepção do ambiente, gerenciamento dos *stakeholders*, efeitos nos *stakeholders*

externos e internos e efeitos institucionais externos (ASHLEY, 2002). A partir destes elementos foram construídos vários indicadores, permitindo que não só as dimensões e relacionamentos de uma empresa fossem avaliados individualmente, mas, também, pudesse ser feita a comparação de desempenho com outras empresas.

Outro modelo que permite avaliar o compromisso e a transparência das empresas com a responsabilidade social é o Balanço Social. O Balanço Social foi implementado na França, que tornou seu uso obrigatório para empresas com mais de 750 funcionários desde 1977, através da Lei nº 77.769 de 12 de julho, segundo a qual,

O balanço social recapitula num documento único os principais dados quantitativos, do ano anterior e dos dois anos precedentes, permitindo apreciar a situação da empresa no domínio social, comportando informações sobre o emprego, as remunerações, os encargos, as condições de higiene e segurança, as outras condições de trabalho, a formação, as relações profissionais e suas famílias, na medida em que estas condições dependam da empresa (Le Bilan Social, Revue Française de Gestion, REIS e MEDEIROS apud MELO NETO; FRÓES, 1999).

Para o Ibase (2007),

[...] balanço social é um documento divulgado, anualmente, pelas empresas e traz em seu bojo o objetivo de promover a divulgação de informações sobre suas ações sociais voltadas para seus *stakeholders*, tais como: acionistas, funcionários, investidores e para a própria comunidade. Além disso, é uma ferramenta preciosa para avaliar e disseminar o exercício da sua responsabilidade social empresarial em prol da busca da melhoria da qualidade de vida para todos.

Uma terceira definição seria a de Sucupira (2001), segundo o qual Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigida a seus empregados e à comunidade na qual está inserida.

Finalmente, “Balanço Social é ainda o relatório que visa dar informações relativas ao desempenho econômico e social da empresa para a sociedade em geral, tais como: quantidade de funcionários (entrando e saindo), gastos com treinamento, benefícios sociais espontâneos etc...” (MARION, 2003, p.486).

Entretanto, para Ventura (2005, p.4), “a proposta de tornar a empresa mais transparente através da publicação do balanço social é questionável, uma vez que os dados podem ser manipulados a fim de legitimar a responsabilidade social da empresa perante a sociedade”.

Assim, segundo SIQUEIRA (2003, p.1-2),

[...] os relatórios sociais não devem existir para promover a empresa, mas sim, para relatar a interação entre empresa e sociedade. Se sua atuação social for positiva, isto deverá se refletir positivamente nos indicadores do relatório, caso contrário, os indicadores deverão apontar em direção a um desempenho sofrível. Logo, o que deve promover a organização empresarial é sua ação positiva em relação à sociedade, e não a apresentação enviesada de um balanço social.

A forma de publicação atualmente utilizada por grande número de empresas teve por base a estrutura e o conteúdo de relatórios sociais propostos pelo Global Reporting Initiative (GRI) e pelo Institute of Social and Ethical Accountability (ISEA). No Brasil, destacam-se os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (IERSE) e o Modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL E MODELOS DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

No Brasil, o início da discussão sobre a Responsabilidade Social nas empresas data dos anos 60, a partir da criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) e do surgimento da lei 76.900/75, que obrigou as empresas a fornecer informações individuais sobre seus empregados. A recente diminuição do papel do Estado fez com que os aspectos sociais, anteriormente relegados a um segundo plano, assumissem uma importância maior no modo como as empresas passaram a atuar e a serem avaliadas. Desta forma, surgem os chamados *relatórios sociais*, como forma de divulgar as ações sociais da organização e construir uma imagem positiva perante a sociedade (DAMKE; SOUZA, 2005).

O balanço social ganhou força pela iniciativa na década de 1980 do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), na época liderado pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), de criar um movimento de transparência de organizações públicas e privadas. Em 1997, Betinho lançou uma campanha estimulando a publicação dos balanços sociais propondo um modelo de balanço social (o chamado Modelo Ibase), e assim abriu uma discussão mais ampla com empresários mais progressistas sobre o tema (INSTITUTO..., 2007). O modelo foi aperfeiçoado algumas vezes e hoje serve como um referencial no Brasil e no exterior. Além disso, existem diversas organizações que incentivam e trabalham para a divulgação de informações sócio-ambientais pelas empresas, como o Instituto Ethos, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) (VEIGA; XAVIER, 2007).

Segundo a pesquisa “Rumo à Credibilidade” elaborada em 2008 pela SustainAbility Ltd., em parceria com a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no Brasil, os relatórios de sustentabilidade têm tido uma rápida evolução, havendo cerca de 100 empresas brasileiras que publicam atualmente algum tipo de relatório de sustentabilidade

(FUNDAÇÃO..., 2008). Comparado com outros países em desenvolvimento, o Brasil supera a África do Sul, que produziu 73 relatórios, a Índia, que publicou 12 e a China continental 18.

A divulgação das RSC dessas organizações vem sendo feita, geralmente, a partir de padrões de relatórios estabelecidos por instituições especializadas como o Instituto Ethos, o Ibase e o GRI.

Cada modelo tem suas características e aplicabilidades, gerais e específicas, discutidas a seguir:

2.4.1. Indicadores Ethos

Segundo informações de sua página na internet, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como Oscip (organização da sociedade civil de interesse público). Sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável.

Seus indicadores constituem uma ferramenta que permite a avaliação da gestão no que diz respeito à incorporação de práticas de responsabilidade social, além do planejamento de estratégias e do monitoramento do desempenho geral da empresa.

Os indicadores abrangem os temas Valores, Transparência e Governança, Público Interno, Meio Ambiente, Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade e Governo e Sociedade (INSTITUTO ETHOS, 2005).

Cada tema é dividido em um conjunto de indicadores e cada indicador é composto por uma questão de profundidade, por questões binárias e por questões quantitativas.

Assim, com relação ao tema Meio Ambiente, teríamos os seguintes exemplos dos tipos de indicadores:

- Profundidade:

- a)A organização cumpre a legislação nacional sobre o meio ambiente e desenvolve programas internos de melhoramento ambiental - Estágio 1
- b)Além do disposto no estágio 1, prioriza políticas preventivas e possui um comitê responsável pelo meio ambiente - Estágio 2
- c)Além do disposto no estágio 2, trata a questão ambiental como um tema transversal em sua estrutura organizacional – Estágio 3
- d)Além do disposto no estágio 3, inclui a sustentabilidade ambiental ao planejamento estratégico - Estágio 4

- Binário: A empresa possui iniciativas para o uso de fontes de energia renovável? SIM NÃO

- Quantitativo: Total investido em programas e projetos de melhoria ambiental: 2007 -----
 2008 -----
 2009 -----

O Instituto Ethos vem desenvolvendo desde 1999 indicadores específicos, que abrangem as singularidades de cada setor empresarial, complementares aos Indicadores Ethos de RSE gerais, e possibilitam à empresa avaliar as especificidades de seu setor de atuação. Os setores já contemplados com indicadores próprios são: o de distribuição de energia elétrica, desenvolvido pela primeira vez em 1999; o de panificação e o de restaurantes e bares, em 2002; o financeiro (revisto em 2008), o de mineração e o de papel e celulose, em 2003; o de transporte de passageiros terrestres, o de petróleo e gás, o da construção civil e o do varejo, em 2005. Para melhores resultados e participação das empresas nesse trabalho, o Instituto Ethos procura realizá-lo em parceria com entidades que representam nacionalmente os setores (INSTITUTO ETHOS, 2005).

Assim, em 2003, o Instituto Ethos e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) lançaram os Indicadores Setoriais Ethos-Febraban de Responsabilidade Social Empresarial, uma ferramenta de gestão dirigida a instituições financeiras, de caráter setorial e utilizada em combinação com os indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (versão geral) (INSTITUTO ETHOS, 2005).

A versão para o setor financeiro compõe-se de 82 indicadores, agrupados nos seguintes temas: Valores, Transparência e Governança (17), Público Interno (9), Meio Ambiente (19), Fornecedores (2), Consumidores e Clientes (25), Comunidade (4) e Governo e Sociedade (6) (INSTITUTO ETHOS, 2005).

Estes indicadores são apresentados num documento proposto pelo Instituto Ethos para elaboração e divulgação do Balanço Social das empresas, cuja estrutura compreende: Introdução, A Empresa, A Atividade Empresarial, onde figuram os indicadores e Anexos, destacando-se o Balanço Social. O modelo de Balanço Social sugerido é o desenvolvido pelo Ibase, em colaboração com a CVM.

2.4.2 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase):

O primeiro modelo do balanço social Ibase data de 1997, e foi resultado de uma parceria com técnicos e pesquisadores. Sua utilização foi muito incentivada por recomendação da CVM, através de instrução normativa, que as empresas de capital aberto divulgassem, anualmente, um balanço social no modelo do Ibase.

O Balanço Social do Ibase tem algumas características básicas que respondem pela sua grande aceitação: é simples, de fácil compreensão e voluntário, sendo essencialmente uma ferramenta de transparência e prestação de contas.

Estrutura do modelo proposto pelo Ibase, segundo Torres (2009):

O balanço social da empresa, elaborado segundo a metodologia do Ibase, apresenta dados e informações de dois exercícios anuais por meio de uma tabela bastante simples e direta, que deve ser publicada e amplamente divulgada. O modelo atual é composto por 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, organizados em sete categorias ou partes descritas a seguir.

1. Base de cálculo - corresponde às três informações financeiras – receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta – que servem de base de cálculo percentual para grande parte das informações e dos dados apresentados, informando o impacto dos investimentos nas contas da empresa, além de permitir a comparação entre empresas e setores ao longo dos anos.
2. Indicadores sociais internos - nesta parte do balanço são apresentados todos os investimentos internos, obrigatórios e voluntários, que a empresa realiza para beneficiar e/ou atender ao corpo funcional (alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados e outros).
3. Indicadores sociais externos – destinam-se ao registro dos investimentos voluntários da empresa, cujo público-alvo é a sociedade em geral (projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamento de tributos e outros). São as ações sociais privadas realizadas por empresas visando à sociedade ou a alguma comunidade externa relacionada, direta ou indiretamente, com os objetivos ou interesses das corporações.
4. Indicadores ambientais - representam os investimentos da empresa para mitigar ou compensar seus impactos ambientais e também aqueles que possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa, seja por meio de inovação tecnológica, seja por programas internos de educação ambiental. Também são solicitados investimentos em projetos e ações que não estão relacionadas com a operação da companhia e

um indicador qualitativo sobre o estabelecimento e cumprimento de metas anuais de ecoeficiência.

5. Indicadores do corpo funcional - nesta parte do balanço aparecem as informações que identificam de que forma se dá o relacionamento da empresa com seu público interno no que concerne à criação de postos de trabalho, utilização do trabalho terceirizado, número de estagiários(as), valorização da diversidade – negros(as), mulheres, faixa etária e pessoas com deficiência – e participação de grupos historicamente discriminados no país em cargos de chefia e gerenciamento da empresa (mulheres e negros).

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial - o termo utilizado nesta parte do modelo – “cidadania empresarial” – refere-se a uma série de ações relacionadas aos públicos que interagem com a empresa, com grande ênfase no público interno. Em sua maioria, são indicadores qualitativos que mostram como está a participação interna e a distribuição dos benefícios. Também aparecem nesta parte do balanço algumas das diretrizes e dos processos desenvolvidos na empresa que estão relacionados às políticas e práticas de gestão da responsabilidade social corporativa.

7. Outras informações - espaço reservado e amplamente utilizado pelas empresas para divulgar outras informações que sejam relevantes para a compreensão de suas práticas sociais e ambientais.

O Ibase contemplou com modelos próprios os seguintes tipos de empresas: Medias e Pequenas Empresas, Cooperativas e Instituições de Ensino, Fundações e Organizações Sociais, não tendo sido desenvolvido nenhum modelo específico para as instituições financeiras, que utilizam o modelo geral (TORRES, 2008a).

2.4.3 Global Reporting Initiative (GRI)

De acordo com Almeida (2007), a GRI foi criada, em 1997, em um trabalho conjunto entre a Coalition Environmentally Responsible Economies (CERES) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), visando ao aperfeiçoamento da qualidade, do rigor e da utilidade dos relatórios de sustentabilidade.

Segundo Savitz e Weber (2007), a GRI inclui 146 tipos de indicadores e “é o principal padrão mundial para mensuração, monitoramento e divulgação dos programas de sustentabilidade das empresas”, sendo utilizado, atualmente, por mais de três mil instituições. Além disso, apresenta analogia com a sistemática dos GAAP (Generally Accepted Accounting Principles), os princípios contábeis americanos. Os autores acrescentam que a GRI “tenta colocar os relatórios ambientais, sociais e econômicos no mesmo nível dos relatórios financeiros, em termos de rigor, clareza, exatidão, utilidade, comparabilidade e influência sobre os investidores”.

O modelo GRI conta com uma argumentação de levantamento de informações baseada em princípios como materialidade, transparência, inclusão, verificabilidade, abrangência, relevância, equilíbrio, tempestividade, confiabilidade e comparabilidade, a serem seguidas em bases permanentes (GONZALEZ, 2008).

As Diretrizes representam a base da estrutura dos relatórios de sustentabilidade, a qual inclui ainda os Suplementos Setoriais (indicadores específicos para cada setor), os Protocolos (guias detalhados para a elaboração dos relatórios) e os Anexos Nacionais (informações a nível de país).

As Diretrizes identificam as informações a ser divulgadas, que são relevantes e essenciais para a maioria das organizações e do interesse da maior parte dos stakeholders, em três categorias de conteúdo:

- Perfil – Informações que estabelecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, tais como sua estratégia, perfil e governança;
- Forma de Gestão – Conteúdo que descreve o modo como a organização trata determinado conjunto de temas para fornecer o contexto para a compreensão do desempenho em uma área específica;
- Indicadores de Desempenho – Informações comparáveis sobre o desempenho econômico, ambiental e social.

Além das diretivas gerais, o GRI apresenta orientações específicas para doze setores da economia, dentre os quais o automotivo, a mineração, a construção e os serviços financeiros. Foi também preparada uma orientação específica para os Órgãos Públicos, cujo piloto já foi disponibilizado. Trata-se de uma experiência pioneira no que se refere à padronização da *accountability* do setor público (ALMEIDA, 2007).

A adesão às diretrizes do GRI é voluntária e gratuita. Estas, além de oferecerem indicadores e recomendações para a elaboração de relatórios de todos os setores produtivos,

propõem um formato padrão para a apresentação dos relatórios (ALMEIDA, 2007). A terceira versão das diretrizes foi publicada em 2006 e propõe a seguinte estrutura de relatório:

Quadro 1 - Modelo de relatório da 3ª versão do GRI

1. Estratégia e Análise
 2. Perfil Organizacional
 3. Parâmetros para o Relatório
 4. Governança, Compromissos e Engajamento
 5. Forma de Gestão e Indicadores de Desempenho
 - Desempenho Econômico
 - Desempenho Ambiental
 - Desempenho Social
 - Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente
 - Direitos Humanos
 - Sociedade
 - Responsabilidade pelo Produto
- Notas gerais sobre o relatório

Fonte: GRI, 2006

Após a finalização do documento, os relatores deverão declarar o nível de aplicação da Estrutura de Relatórios da GRI por meio do sistema de níveis de aplicação da GRI, conforme a figura a seguir:

Figura 1 - Níveis de Aplicação dos Relatórios GRI:

Relatório Níveis de aplicação		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Fonte: GRI, 2006

Declarar o nível de aplicação significa divulgar de forma transparente quais elementos da Estrutura de Relatórios da GRI foram aplicados na elaboração do relatório.

3 EVIDÊNCIA SOCIAL DO SETOR BANCÁRIO

Neste capítulo, será descrita inicialmente a evidenciação da responsabilidade social dos bancos, com ênfase nos bancos privados, e, a segunda parte, será dedicada à descrição da atuação e da divulgação socioambiental dos bancos públicos.

3.1 O BALANÇO SOCIAL E OS BANCOS:

A demonstração da responsabilidade social dos bancos reveste-se de aspectos especiais por sua característica específica de depender fundamentalmente da credibilidade para seu bom funcionamento e também por ser um setor cujos altos lucros e cujas demissões, fruto de inúmeras fusões ocorridas após o plano Real e da mecanização, têm-no colocado em posição desconfortável aos olhos da sociedade. Diante deste quadro, para autores como Ventura (2007), o balanço social pode ser entendido como um arranjo estrutural utilizado também para a legitimação dos bancos perante a sociedade.

Assim, segundo Tosini (2007), ao mesmo tempo em que se difundem as idéias relativas à responsabilidade social das empresas, os bancos incorporam em seus negócios práticas sociais e ambientais, como fator de competitividade, além de mitigar possíveis riscos.

O Banespa foi o primeiro banco a publicar o balanço social no setor bancário e um dos primeiros do Brasil, em 1992, mas descontinuou a publicação em virtude das mudanças administrativas e do processo de intervenção por que passou. De maneira geral, os bancos passaram a elaborar e a publicar o balanço social a partir de 1997, o que coincide com o ano da Campanha realizada em prol do balanço social pelo Ibase/Betinho. Somente o BNB relata ter publicado um balanço social referente ao ano de 1995 (VENTURA, 2009).

A Febraban vem exercendo, desde 1993, um papel preponderante na evidenciação da responsabilidade social dos bancos, uma vez que, como seu representante, exerce papel de direcionamento e disseminação das práticas e dos discursos em relação à RSE (VENTURA, 2005). Assim, a entidade divulga, desde 1993, um balanço social consolidando informações de seus bancos associados, tendo desenvolvido um modelo próprio (VENTURA, 1999).

Além de outras ações, a Comissão de Responsabilidade Social da Febraban investiu na qualidade do balanço social, no sentido de atualizá-lo com indicadores específicos para o setor para o balanço social referente ao ano de 2002, adequar os princípios do Global Reporting Initiative (GRI) às instituições financeiras. No ano seguinte, em parceria com o

Instituto Ethos, foram desenvolvidos indicadores específicos para instituições financeiras, de acordo com o modelo Ethos. Nessa trajetória, os indicadores utilizados no balanço social referente ao ano de 2003 são uma composição dos indicadores de 2002 (GRI adaptado) com os novos, traçados em parceria com o Ethos (VENTURA, 2005).

A partir de 2003/2004, os bancos passam a alterar a denominação do Balanço Social para Relatório Social, consoante à maior utilização do modelo GRI. O modelo Ibase e os indicadores Ethos, todavia, mantêm-se como guias na elaboração, ou seja, inseridos em um modelo mais complexo (VENTURA, 1999).

Dos dez maiores bancos atualmente no país, somente dois não publicam balanço social ou similar. O modelo mais utilizado (7 em 8) passou a ser o GRI, em consonância com a valorização que passou a ter, por exemplo, nos critérios para compor os índices de sustentabilidade no mundo e em premiações (VENTURA, 1999)

O quadro a seguir, extraído de VENTURA (1999), apresenta um resumo da situação dos maiores bancos privados com relação à RSC:

Quadro 2 – Principais áreas ou estruturas específicas de RSC nos maiores bancos privados :

Itaú
1987 – Instituto Itaú Cultural 2000 – Fundação Itaú Social, com status de Superintendência 2006 – Superintendência de Sustentabilidade, Comunicação Interna e Institucional 2007 – Superintendência de Risco Socioambiental e Microcrédito
Bradesco
1956 - Fundação Bradesco 1987 - Programa Finasa Esportes 2005 - Responsabilidade Socioambiental, que se reporta à Diretoria Executiva 2005 - Comitê de Responsabilidade Socioambiental, subordinado ao Diretor-Presidente
ABN Amro Rea
2001 - Diretoria de Responsabilidade Social 2004 – alterada a denominação, passou a incluir Educação: Diretoria de Educação e Desenvolvimento Sustentável 2006 – alterada a denominação para Diretoria de Desenvolvimento Sustentável; a área de Educação voltou a integrar a Diretoria de Desenvolvimento Humano
Unibanco
1982 – Superintendência do Instituto Unibanco, subordinada ao conselho do Instituto 2004 - Superintendência de Compliance Socioambiental, subordinada à Diretoria de Compliance 2007 - Comitê de Sustentabilidade, subordinado ao Conselho de Administração do Unibanco 2007 - Superintendência de Sustentabilidade, subordinada a Diretoria de Comunicação e Sustentabilidade
Santander
2001 - Gerência de Responsabilidade Social, subordinada a Superintendência de Relações Institucionais
HSBC
2000 - Responsabilidade Corporativa, subordinada a Diretoria de Relações Institucionais 2006 – Instituto HSBC
Votorantim
Banco ligado a grupo industrial, que desenvolve política mais abrangente. Há uma Associação voltada para atendimento de comunidades carentes
Banco Safra
Não há área específica. O assunto é tratado na estrutura existente

Fonte: Adaptação feita de VENTURA, 2009.

3.2 EXERCÍCIO E DIVULGAÇÃO DA RSC DOS BANCOS PÚBLICOS

Para a elaboração de uma proposta de indicadores que pudessem ser utilizados na evidenciação da responsabilidade social do Banco Central do Brasil, poder-se-ia partir de modelos existentes para bancos centrais ou, ainda, para as agências reguladoras. Como não são conhecidos modelos utilizados por outros bancos centrais e as agências, por sua vez, apresentam um grau insuficiente de transparência em seus relatórios (BUFFONI et al, 2005), julgou-se oportuno verificar de maneira específica o que vem sendo feito pelos demais bancos públicos federais, com relação a seu envolvimento e a divulgação de sua RSC.

Os bancos considerados foram o BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Além de serem bancos federais, estas instituições assinaram, em 01.08.2008, com o Ministério do Meio Ambiente, o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Social, fruto da atualização dos compromissos previstos no Protocolo Verde, firmado em 1995 (BANCO NACIONAL..., 2009).

Por este novo Protocolo, os bancos signatários reconhecem seu papel na busca do desenvolvimento sustentável e se propõem a empreender políticas e práticas bancárias precursoras, multiplicadoras, demonstrativas ou exemplares em termos de responsabilidade socioambiental e que estejam em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras, a partir da aplicação dos seguintes princípios:

1. Financiar o desenvolvimento com sustentabilidade, por meio de linhas de crédito e programas que promovam a qualidade de vida da população, o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental;
2. Considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de ativos (próprios e de terceiros) e nas análises de risco de clientes e de projetos de investimento, tendo por base a Política Nacional de Meio Ambiente;
3. Promover o consumo sustentável de recursos naturais, e de materiais deles derivados, nos processos internos; e
4. Informar, sensibilizar e engajar continuamente as partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição.

3.2.1 BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Segundo as informações disponíveis na sua página na internet (www.bndes.gov.br), a importância do exercício da RSC para o BNDES está espelhada na sua missão: “Promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais”.

Em seu Planejamento Corporativo 2009/ 2014, o BNDES elegeu a inovação, o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento socioambiental como os aspectos mais importantes do fomento econômico no contexto atual, e que devem ser promovidos e enfatizados em todos os empreendimentos apoiados pelo Banco. Assim desde março de 2009, o BNDES conta com uma Área de Meio Ambiente, para execução de sua política socioambiental.

Atuação na área ambiental:

A variável ambiental, no BNDES, é considerada um importante indutor e não um fator limitante do desenvolvimento. Assim, a aprovação de um projeto pelo Banco vai ser função de o mesmo seguir as melhores práticas ambientais, e o desrespeito a essas exigências pode determinar a rejeição de um pedido ou a aplicação de penalidades para o cliente durante a vigência de seu contrato com o BNDES (BANCO NACIONAL..., 2009). Atualmente, o BNDES está envolvido em duas iniciativas voltadas à preservação de importantes regiões naturais do planeta: Fundo Amazônia e Mata Atlântica.

Atuação na Área Social:

A atuação do banco na área social vem sendo feita com os seguintes objetivos:

- Expandir a oferta de crédito produtivo ao empreendedor de baixa renda por meio de programas de Microcrédito;
- Fomentar a realização de Investimentos Sociais de Empresas;
- Expandir os serviços de saúde, de educação e assistência social à população;
- Implementar soluções coletivas para a manutenção dos postos de trabalho, associada ao desenvolvimento e ao crescimento empresarial;
- Reduzir as desigualdades regionais, através de projetos estruturantes, de arranjos produtivos locais, e de projetos integrados em regiões de extrema pobreza; e

- Apoiar projetos ou atividades de natureza social, priorizando projetos que proporcionem benefícios sobre as condições de vida das populações de baixa renda.

O BNDES tem divulgado seu Balanço Social desde 2001, apresentando, no Relatório Anual de 2008, os seguintes tópicos:

Quadro 3- Estrutura do Relatório Anual do BNDES 2008

Mensagem do Presidente
Mensagem do Ministro
Geração de Empregos
Transparência
Responsabilidade Social Ambiental
Responsabilidade Social Corporativa
Gestão Corporativa
Planejamento Estratégico
Política de Desenvolvimento Produtivo
Programa de Aceleração do Crescimento
Internacionalização
Micro, Pequenas e Médias Empresas
Apoio à Inovação
Área de Estruturação de Projetos
Meio Ambiente
Indústria Cultural
Área de Capital Empreendedor
BNDES em Números
Área de Infraestrutura
Área de Insumos Básicos
Área Industrial
Área de Comércio Exterior
Área de Inclusão Social
Área Financeira
Área de Operações Indiretas
Área de Mercado de Capitais
Crédito e Gestão de Risco
Anexo – Demonstrações Financeiras

Fonte: BNDES, 2009

3.2.2 Banco do Nordeste do Brasil S.A.- BNB

O Banco do Nordeste do Brasil S. A. é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina e diferencia-se das demais instituições financeiras pela missão que tem a cumprir: “Atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional”. Sua visão é a de “ser referência como agente indutor do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste” (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2009).

Iniciativas do BNB na área socioambiental:

- Crediamigo:

Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. A metodologia do aval solidário consolidou o Crediamigo como o maior programa de microcrédito produtivo orientado do país (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2009).

- Projeto Temático de Meio Ambiente:

A partir do Protocolo Verde, foi criado o Projeto Temático de Meio Ambiente, no qual o BNB se tornou responsável pela sistematização dos procedimentos do Banco do Nordeste, no que concerne às questões ambientais.

Atualmente o Banco do Nordeste conta com Gerência de Infra-Estrutura, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, ligada a Área de Políticas de Desenvolvimento, cujo principal objetivo é desenvolver ações inovadoras e dar suporte às diversas áreas do Banco do Nordeste quanto aos aspectos ambientais, incluindo as políticas, programas, processo de crédito, ações de capacitação e relações interinstitucionais (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2009).

O Balanço Social de 2007 foi apresentado como parte do Relatório Anual de 2007 do BNB, cuja estrutura era a seguinte:

Quadro 4- Estrutura do Relatório Social do BNB 2007

Apresentação
Mensagem do Presidente
Perfil Institucional
BNB em Números
Estratégias Empresariais
Destaques 2007
Relatório Anual 2007:
Desempenho Operacional
Desempenho Financeiro
Governança Corporativa
Gestão de Riscos
Balanço Social:
Responsabilidade Socioambiental
Gestão da Ética
Relacionamento com Consumidores e Clientes
Bancarização e Inserção Econômica e Social
Suporte ao Desenvolvimento Sustentável
Avaliação de Políticas e Programas
As Pessoas no BNB
Relações com Fornecedores
Incentivo e Patrocínio à Cultura
Relacionamento com a Sociedade
Sistema de Gestão Ambiental
Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental DINSA

Fonte: BNB, 2009

3.2.3 Banco da Amazônia S.A. - BASA:

Por ser o principal indutor do desenvolvimento econômico da Amazônia, o Banco da Amazônia tem o desafio de cumprir sua missão de forma sustentável. Assim, como destaca o seu Relatório Social de 2007, o BASA preocupa-se com a sociedade e o meio ambiente e também com a qualidade de vida e o desenvolvimento social e profissional de seus empregados (BANCO DA AMAZÔNIA, 2009).

Sua política de concessão de créditos leva em consideração aspectos relacionados tanto a viabilidade técnica e econômica quanto a conservação do meio ambiente e apoio a atividades que contribuem para o desenvolvimento amazônico em bases sustentáveis (BANCO DA AMAZÔNIA, 2009).

Para tanto, o BASA passou a exigir, a partir de 26.03.2009, em o atendimento à Res. 3545 de CMN de 29.02.2008, certidões de conformidade ambiental para a liberação de empréstimos e financiamentos rurais. Esta resolução exige documentação comprobatória de regularidade ambiental para a concessão de financiamentos no Bioma Amazônia (BANCO DA AMAZÔNIA, 2009).

O Balanço Social do BASA foi divulgado até 2004, tendo sido substituído pelo Relatório de Sustentabilidade em 2006. Para o biênio 2007-2008, o BASA publicou um Relatório de Gestão, com os seguintes capítulos:

Quadro 5 - Estrutura do Relatório de Gestão do BASA 2007/2008

Mensagem do Presidente
A Instituição
O Novo Modelo de Negócios
Rede de Atendimento
Presença na Região
Recursos Humanos
Planejamento das Aplicações do FNO
Novos Produtos
Tecnologia e Segurança da Informação
Implantação da Política Socioambiental
Apoio à Pesquisa Científica
Apoio à Assistência Técnica e Extensão Rural
Investimento Social
Desempenho Operacional
Desempenho Econômico- Financeiro
Perspectivas para 2009
Programas sociais internos
Programas sociais externos
Meio Ambiente
Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

Fonte: BASA, 2009

3.2.4 Banco do Brasil S.A – BB:

A postura de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil tem como premissa a crença na viabilidade de se conciliar o atendimento aos interesses dos seus acionistas com o desenvolvimento de negócios social e ecologicamente sustentáveis, mediante o estabelecimento de relações eticamente responsáveis com seus diversos públicos de interesse interna e externamente (BANCO DO BRASIL, 2009).

Esses compromissos, definidos pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil e assumidos por toda a organização, estão expressos na

Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental e no Código de Ética do Banco do Brasil. O comprometimento do Banco do Brasil com a Responsabilidade Social Empresarial é apresentado através da Agenda 21 que engloba negócios com foco no desenvolvimento sustentável, práticas administrativas e negociais com Responsabilidade Socioambiental (RSA) e investimento social privado e fica patente na Visão de Futuro do BB, segundo a qual: “Seremos o primeiro banco dos brasileiros no Brasil e no exterior, o melhor banco para trabalhar e referência em desempenho, negócios sustentáveis e responsabilidade socioambiental”.

A partir de fevereiro de 2003, essa postura se acentua com a criação da Unidade de Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental, mais tarde transformada em Diretoria (maio 2004), com a missão de integrar esforços e coordenar o processo de disseminação da postura de responsabilidade socioambiental para todas as áreas.

Os princípios de responsabilidade socioambiental permeiam as políticas e a estratégia corporativa do Banco do Brasil, sendo, portanto, parte integrante do discurso e do processo de tomada de decisão de todas as áreas do BB. Com relação aos processos negociais, por exemplo, foi aprovada em agosto de 2004 a suspensão de novos créditos a clientes incluídos em relação de empregadores e proprietários rurais que submetem seus trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantenham em condições análogas ao trabalho escravo divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A decisão também abrange vedações a financiamentos a clientes envolvidos com exploração sexual de crianças e com o uso do trabalho infantil (BANCO DO BRASIL, 2009).

Ainda com relação ao processo de crédito, foi aprovada em outubro de 2004 e implementada em março de 2005 a adoção de critérios socioambientais na avaliação do estudo de limite de crédito de empresas e de projetos de investimento.

O Banco do Brasil adota dois padrões para a elaboração de seu Relatório de Sustentabilidade:

- Modelo e critérios propostos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e
- A partir do Relatório Anual 2006 o BB também passa a adotar os indicadores da terceira geração do *Global Reporting Initiative* (GRI) (BANCO DO BRASIL, 2009).

O Relatório do 4º trimestre de 2008 apresenta os seguintes tópicos:

Quadro 6 - Estrutura do Relatório Trimestral do BB 4/2008

Funcionários
Acionistas
Clientes – foco especial no microcrédito
Fornecedores
Governo
Comunidade
Meio Ambiente - Projetos analisados à luz dos Princípios do Equador

Fonte: Página do BB www.bb.com.br

3.2.5 Caixa Econômica Federal – CEF:

A Caixa é signatária do Pacto Global, uma iniciativa do secretário geral da ONU, Kofi Annan, anunciada em 1999, que propõe a cidadania corporativa como forma de contribuir para o avanço de uma economia global mais sustentável e inclusiva (GLOBALCOMPACT, 2008).

O seu Balanço Social é elaborado anualmente para prestar contas das atividades e dos impactos econômicos, sociais e ambientais da organização na sociedade e reúne informações sobre projetos e ações sociais, em prol do desenvolvimento sustentável. Serve também como instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social empresarial. As informações para a elaboração deste documento são prestadas por diversas áreas da empresa, sob a coordenação da Gerência Nacional de Responsabilidade Social Empresarial (GERSE) (CAIXA..., 2009).

Produzido até 2006 de acordo com o modelo de conteúdo do Instituto Ethos (incluindo a publicação da Tabela Ibase), o Balanço Social incorpora a partir da edição de 2007 as diretrizes previstas pela Global Reporting Initiative (GRI). A Caixa adota a terceira (e mais recente) versão das Diretrizes GRI, a G3. Com base nas informações publicadas e nos indicadores de desempenho consolidados nesta edição, a Caixa acredita estar em condições de declarar o seu Balanço como integrante do nível C da estrutura GRI.

O seu Relatório Social de 2007 foi composto pelos tópicos a seguir:

Quadro 7- Estrutura do Relatório Social da CEF 2007

Introdução
Missão, Visão e Valores
Estratégia
Síntese de Desempenho
Mensagem da Presidenta
Perfil da Caixa
Governança Corporativa
Relacionamento com o Público Interno
Relacionamento com o Público Externo
Desempenho Ambiental
Patrocínios
Prêmios e Reconhecimentos
Tabela Ibase
Sobre este Relatório

Fonte: CEF, 2009

O que se depreende da análise das estruturas de relatórios sociais dos bancos oficiais é que não existe um modelo único, adotado pelo setor. Cada instituição divulga sua atuação socioambiental de forma própria, utilizando, ao mesmo tempo, indicadores do Instituto Ethos, do Ibase e do GRI, em capítulos que visam, essencialmente, evidenciar a consecução de seus objetivos institucionais.

4 METODOLOGIA

Este capítulo se destina à apresentação dos procedimentos metodológicos e das técnicas utilizadas neste trabalho de pesquisa, divididos nos itens método de pesquisa e estratégia metodológica.

4.1 MÉTODO DE PESQUISA

Segundo a classificação proposta por Gil (2002), este trabalho de pesquisa, tendo em vista seus objetivos, pode ser classificado como pesquisa exploratória, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.

Ainda segundo este autor, quanto aos procedimentos técnicos, trata-se também de uma pesquisa bibliográfica por ter sido desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

O delineamento da pesquisa configura-se como bibliográfica, pois baseia-se em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral e ainda, exploratória por abordar um tema cujos conhecimentos ainda são relativamente incipientes, portanto, carente de análises mais detalhadas.. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando se tem uma “área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa”, de acordo com VERGARA (2007).

Segundo Theóphilo e Martins (2007), esta é uma pesquisa bibliográfica uma vez que procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários sites, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc.

Este estudo utilizou também a técnica da Observação, uma vez que a autora é funcionária do Banco Central há mais de 30 anos, conhecendo, portanto, a instituição e seu funcionamento. Segundo Theóphilo e Martins (2007), a Observação é uma técnica de coleta de informações, dados e evidências que utiliza os sentidos para a obtenção de determinados aspectos da realidade.

Por outro lado, dado seu foco exclusivo no Banco Central, pode-se também classificá-la como “estudo de caso”. Trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro do seu contexto real (pesquisa naturalística), onde o pesquisador não tem controle

sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto (Theóphilo; Martins, 2007). Ou, porque, ainda segundo Gil (2002), consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Embora haja muitas restrições aos estudos de caso pela impossibilidade de ser replicada a teoria, segundo Cooper e Morgan (2008), nos estudos de caso, o que é relevante é a criação de um novo campo de pesquisa e a generalização poderá ser obtida por pesquisas futuras originadas pelo estudo de caso original.

A escolha do Banco Central do Brasil foi motivada pela importância que a empresa tem na administração pública e em seu segmento de atuação, o setor financeiro, onde atua como órgão regulador e supervisor. Outro fator relevante para a escolha prendeu-se ao fato de não haver divulgação de informações socioambientais por nenhum banco central, o que caracteriza o pioneirismo de nosso estudo e a possibilidade de o Bacen atuar como indutor da transparência de outros órgãos públicos ou mesmo outros bancos centrais. Finalmente, como já foi destacado, considerou-se também o fato de a autora ser funcionária do órgão há mais de 30 anos, o que lhe dá uma posição privilegiada de observadora.

Quanto aos resultados obtidos, a pesquisa pode ser definida como “aplicada”, pois como afirma Vergara (2007), tem finalidade prática que seria a elaboração de um documento para a divulgação da RSC do Banco Central, não se prendendo, portanto, à curiosidade intelectual do pesquisador.

4.2 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A linha de pesquisa utilizada consistiu das seguintes etapas:

a) revisão de bibliografia sobre Responsabilidade Social Corporativa e sua aplicação ao setor público e aos bancos centrais e sobre os diversos modelos de relatório existentes para a divulgação da RSC;

b) para a coleta de dados foram analisados os modelos de relatórios sociais do Instituto Ethos, do Ibase e do GRI e também dos relatórios atualmente utilizados pelas instituições bancárias, em especial os bancos públicos federais, a saber, o BNDES, o BASA, o BNB, o Banco do Brasil e a Caixa;

c) análise da evolução das características da responsabilidade social do Banco Central desde a sua criação, principalmente no que se refere à transparência e à prestação de contas à sociedade. Para tanto, foram consultados livros, revistas, artigos, trabalhos acadêmicos, revistas especializadas e sites da internet além de entrevistas com pessoas ligadas ao tema e ao Banco Central com o objetivo de conhecer as idéias centrais sobre o assunto;

e) seleção de indicadores para o relatório social do Bacen, a partir dos modelos de relatórios analisados, com ênfase nos suplementos setoriais do GRI para os setores de “Órgãos Públicos” e Serviços Financeiros. Dentre os indicadores essenciais destes modelos, foram selecionados aqueles que foram considerados pertinentes para traduzir a atuação socioambiental do Bacen e seu envolvimento com os *stakeholders*, apresentada no capítulo 6, e;

f) construção do Balanço Social do Ibase para o Banco Central, a partir do Plano de Contas da instituição. Na confecção da Tabela Ibase, associou-se a cada item o código da rubrica do Plano de Contas do Bacen¹⁰ correspondente ou, conforme o caso, o setor responsável pela informação. Optou-se por utilizar as rubricas relativas ao subgrupo “Mutações Passivas”, pelo seu nível de desagregação.

⁹ Plano Geral de Contas - Grupo 4 – Compensação/subgrupo 40 - Orçamento Organizacional/Mutações Passivas

5 ESTUDO DE CASO: O BANCO CENTRAL DO BRASIL

5.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

A criação do Banco Central do Brasil (Bacen) não decorreu de uma demanda natural da sociedade (VENTURA, 2005) e talvez a característica mais marcante de sua história tenha sido a forte e permanente resistência à sua criação. Sua evolução foi pontuada por este fato e sua estrutura foi sendo forjada como resultado de acordos e “compromissos” feitos entre os diversos grupos envolvidos.

Os grandes interesses contrários a sua criação eram representados pelos setores agrícola, industrial e pelos banqueiros, através do Congresso Nacional e do Banco do Brasil e finalmente, pelo próprio Governo que temia não poder mais usar a emissão monetária para suprir suas deficiências de arrecadação (CORAZZA, 2006).

O Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional foi criado em 31 de dezembro de 1964, com a promulgação da Lei nº 4.595, chamada Lei de Reforma Bancária. A Lei 4.595 também extinguiu o Conselho Superior da SUMOC, criando, em substituição, o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na verdade, o processo de criação formal do Banco Central levou cerca de 20 anos, a partir do surgimento de seu embrião, a SUMOC, em 1945, a qual dispunha de mandato específico para preparar sua criação. Ao longo deste período, vários projetos de Banco Central foram apresentados, tendo alguns tramitado durante algum tempo mas, no final, o Legislativo conseguia barrar a proposta de um banco independente. O contexto político, com a ditadura militar, permitiu então que as resistências contrárias à criação do Bacen fossem vencidas e finalmente o banco fosse criado (CORAZZA, 2006).

Antes da criação do Banco Central, o papel de autoridade monetária era desempenhado pela Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC, pelo Banco do Brasil - BB e pelo Tesouro Nacional, que se organizavam da maneira abaixo:

- A SUMOC, criada com a finalidade de exercer o controle monetário e preparar a organização de um banco central, tinha a responsabilidade de fixar os percentuais de reservas obrigatórias dos bancos comerciais, as taxas do redesconto e da assistência financeira de liquidez, bem como os juros sobre depósitos bancários. Além disso, supervisionava a atuação dos bancos comerciais, orientava a política cambial e representava o País junto a organismos internacionais;

- O Banco do Brasil desempenhava as funções de banco do governo, mediante o controle das operações de comércio exterior, o recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos comerciais e a execução de operações de câmbio em nome de empresas públicas e do Tesouro Nacional, de acordo com as normas estabelecidas pela SUMOC e pelo Banco de Crédito Agrícola, Comercial e Industrial; e

- O Tesouro Nacional era o órgão emissor de papel-moeda.

Mesmo após sua criação, o Bacen continuou a dividir com o BB as funções de autoridade monetária até a promulgação da constituição de 1988.

Segundo Santos e Patricio (2002) podem ser então distinguidas, a partir da criação, três fases na história do Banco central do Brasil, em termos de sua autonomia:

- A fase de 1965 a 1967, período de autonomia moderada, correspondeu à entrada em vigor da Lei 4595 .
- Na fase que se inicia em 1967 (Governo Costa e Silva), a independência do Banco Central foi abolida de forma efetiva, primeiro na prática e depois legalmente, devido ao consenso entre os economistas de que esta não era necessária, por razões econômicas e políticas.

No curso deste segundo período, em 1985, foi promovido o reordenamento do setor financeiro governamental que, entre outros, promoveu a separação das contas e redefinidas as funções do Banco Central, Banco do Brasil e Tesouro Nacional. Em 30.07.86, foi extinta a “conta movimento” do Bacen no BB e o fornecimento de recursos do Banco Central ao Banco do Brasil passou a ser claramente identificado nos orçamentos das duas instituições, eliminando-se os suprimentos automáticos que prejudicavam a atuação do Banco Central. Além de ser retirado do BB o papel de autoridade monetária, desfazendo-se o sistema misto vigente, foi criada a Secretaria do Tesouro, com a finalidade de administrar as contas públicas.

Este processo se estendeu até 1988, quando as funções de autoridade monetária foram transferidas progressivamente do Banco do Brasil para o Banco Central, enquanto as atividades atípicas exercidas por esse último, como as relacionadas ao fomento e à administração da dívida pública federal, foram transferidas para o Tesouro Nacional, que se tornou o caixa único do Governo Federal.

A Constituição Federal de 1988, que marcou o início da terceira fase, aumentou a autonomia do Banco Central e exigiu um maior controle para sua atuação pelo Legislativo, além de estabelecer diversos dispositivos importantes. Dentre os mais relevantes, destacaram-se o exercício exclusivo da competência da União para emitir moeda e a exigência de aprovação prévia pelo Senado Federal, em votação secreta, após arguição pública, dos nomes indicados pelo Presidente da República para os cargos de presidente e diretores da instituição. Além disso, foi vedada ao Banco Central a concessão direta ou indireta de empréstimos ao Tesouro Nacional.

Finalmente, a Constituição previa, ainda, em seu artigo 192, a elaboração de Lei Complementar do Sistema Financeiro Nacional, que deverá substituir a Lei 4.595/64 e redefinir as atribuições e estrutura do Banco Central do Brasil. Mais recentemente, foi introduzida uma independência de instrumentos ao Bacen através da aprovação da emenda constitucional nº 40, de 29 de maio de 2003, que possibilitou a regulamentação “fatiada” do sistema financeiro. De acordo com a nova redação, o artigo 192 prevê ainda que a elaboração das leis complementares do SFN deverá substituir a Lei 4.595/64 e redefinir as atribuições e a estrutura do Banco Central do Brasil.

Apesar de ainda não ter sido definida a questão de sua independência, desde 1995, com o Plano Real, o Banco Central vem gozando de considerável autonomia, sendo livre para designar os instrumentos de política monetária a ser utilizados para assegurar a estabilidade de preços. Esta independência ficou ainda mais fortalecida com a introdução do sistema de metas para a inflação, através do Decreto 3088 de 21/06/1999. A meta é determinada pelo Conselho Monetário Nacional, formado pelo Ministro da Fazenda, pelo Ministro do Planejamento e pelo Presidente do Banco Central, aumentando a capacidade do executivo de determinar os objetivos da Política Monetária (SANTOS; PATRICIO, 2002).

O Banco Central do Brasil desempenha hoje papel fundamental na política econômica do país, por sua atuação como entidade reguladora (através do CMN) e supervisora do SFN.

5.2 MISSÃO E ESTRUTURA DO BANCO CENTRAL

Consoante disposição da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e legislação posterior, o Banco Central do Brasil tem como missão institucional: “Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente”.

Assim, com o fito de cumprir sua missão institucional, compete ao Bacen executar as seguintes funções:

a) formulação, execução e acompanhamento da política monetária - a Política Monetária no Brasil é executada dentro do Sistema de Metas Para a Inflação (SMPI). Por esse sistema, inicialmente, o CMN⁵ estabelece a meta para a inflação. A partir dessa meta, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom)⁶ reúne-se periodicamente para analisar a economia brasileira e a tendência futura da inflação e decidir qual a taxa de juros necessária para atingir a meta. Uma vez definida a taxa de juros, o Banco Central atua de forma a fazer com que a taxa de juros do mercado seja a definida na reunião do Copom.

b) controle das operações de crédito em todas as suas formas, no âmbito do sistema financeiro;

c) formulação, execução e acompanhamento da política cambial e de relações financeiras com o exterior;

d) organização, disciplinamento e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Pagamentos Brasileiro e do Sistema Nacional de Habitação e ordenamento do mercado financeiro; e

e) emissão de papel-moeda e de moeda metálica e execução dos serviços do meio circulante.

Para executar sua missão, segundo seu Regimento Interno, o Bacen dispõe de uma estrutura formada pela diretoria colegiada, pela unidade especial, por nove administrações regionais – Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo – e pela sede, em Brasília, onde se distribuem seus mais de quatro mil servidores (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

A Diretoria Colegiada é o órgão de deliberação superior, responsável pela formulação de políticas e diretrizes necessárias ao exercício das competências do Banco Central.⁷

Houve diversas mudanças significativas na composição da diretoria, ao longo da história do Bacen, havendo atualmente 8 diretores: Presidente, Diretor de Administração, Diretor de Assuntos Internacionais, Diretor de Fiscalização, Diretor de Liquidações e Desestatização, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro, Diretor de Política Econômica e Diretor de Política Monetária. Algumas áreas existem desde a criação do banco, enquanto outras, surgidas em função de prioridades conjunturais da política econômica, tiveram curta duração.

⁵ Os membros do CMN são o Ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento e o presidente do Banco Central.

⁶ O Copom é composto pelo presidente e pelos diretores do Banco Central.

⁷ Artigo 6º do Regimento Interno do Banco Central

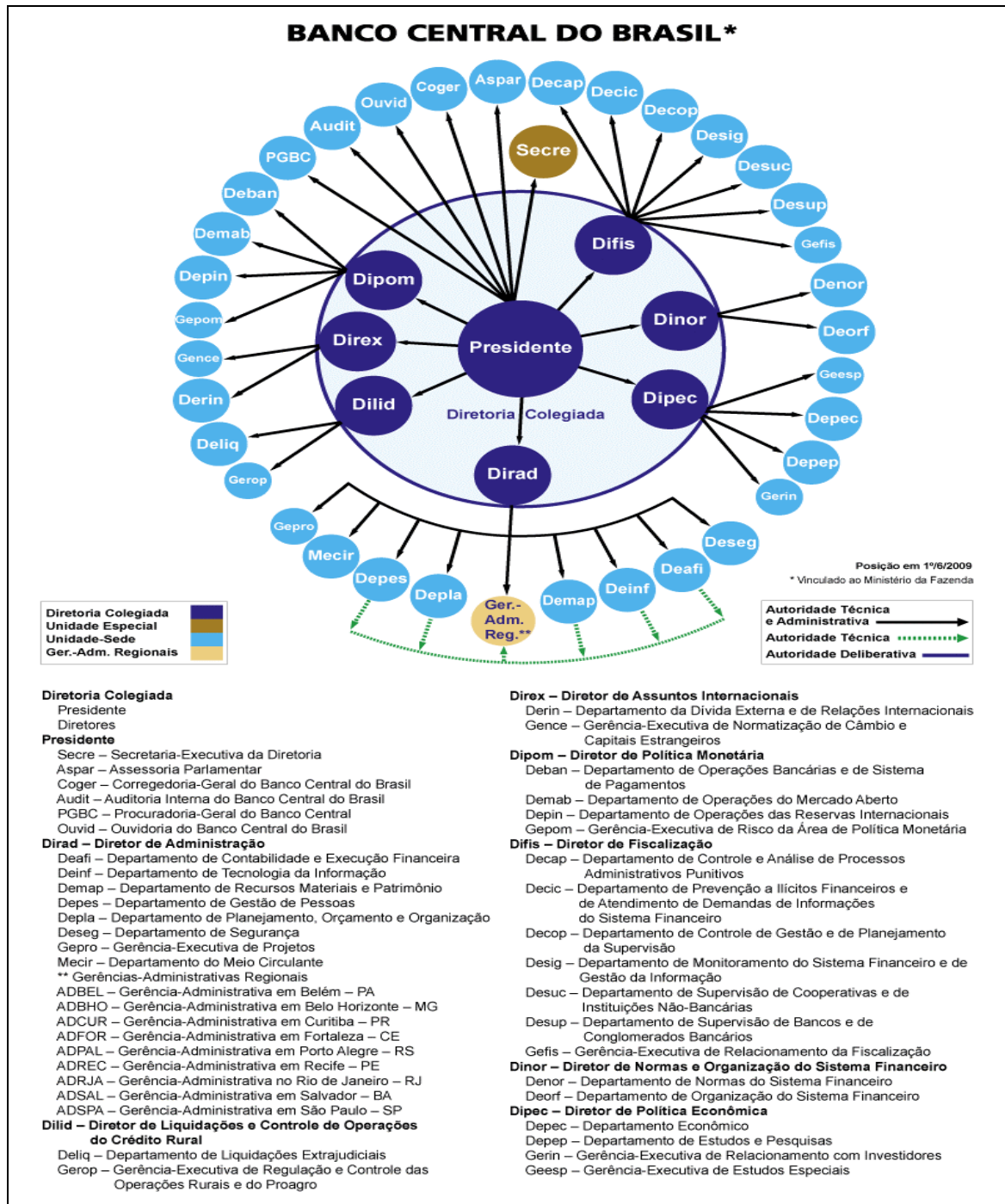
As Gerências Administrativas Regionais são responsáveis pela execução das atividades de contabilidade e execução financeira, gestão de pessoas, organização, recursos materiais, patrimônio e tecnologia da informação da praça, sendo subordinadas administrativamente ao Diretor de Administração e tecnicamente à unidade responsável pelo assunto⁸.

As Gerências Técnicas Regionais são subordinadas às respectivas unidades e são responsáveis pela execução descentralizada das atividades finalísticas dessas⁹ (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

A estrutura do Bacen pode ser visualizada no organograma a seguir (Figura 2):

⁸ Regimento Interno do Banco Central (artigo 105º)

⁹ Regimento Interno do Banco Central (artigo 108º)



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009

5.3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE:

“A função de um banco central é totalmente de interesse público, uma vez que a eficácia e a eficiência de suas ações podem aumentar o bem-estar da sociedade”.
(VENTURA, 2006)

Criado em 1964, nos anos iniciais da Revolução, o Bacen foi, durante muito tempo, visto como um órgão hermético, cujas ações eram desconhecidas pela sociedade. Entretanto, o que se observou ao longo do tempo foi que, à medida que suas atribuições evoluíam para as de um banco central clássico, o que se consumou em 1988 com a nova Constituição, foi também sendo percebida a importância de seu relacionamento com a sociedade, aí incluída a prestação de contas.

As primeiras medidas neste sentido remontam à época do pres. Gustavo Franco (1997-1999), dentre as quais a criação das Centrais de Atendimento ao Público (CAPs) e do Setor de Relações Institucionais (Surel).

Paralelamente, com relação ao público interno, também o banco se posicionou inicialmente como uma instituição extremamente hierarquizada e com o processo decisório centralizado. Seu quadro funcional, formado a princípio por pessoas originárias do Banco do Brasil, da SUMOC e de outros 11 órgãos públicos e posteriormente aumentado por funcionários concursados, apresentava características distintas, sem identidade própria (BRAGA, EGLER e SOUZA, 1993 apud VENTURA, 2006).

Além disto, diversos foram os problemas enfrentados pelo funcionalismo, destacando-se a transformação do regime jurídico de CLT para RJU, ocorrido em agosto de 1996, que provocou aposentadorias repentinas e graves discontinuidades no processo decisório. As ações do Bacen no sentido de mitigar as perdas de seu funcionalismo foram muito limitadas por sua falta de autonomia com relação à política de pessoal, já que após a inclusão do banco no RJU, não houve mais a possibilidade de conceder tratamento destacado aos seus funcionários.

Algumas ações têm sido então implementadas pela diretoria visando o funcionalismo, destacando-se o Programa Qualidade de Vida¹⁰ e a UniBacen¹¹.

Assim, aos poucos, foram sendo tomadas atitudes socialmente responsáveis, embora tenha sido somente no Planejamento Estratégico definido para o período 2007-2011, que a RSC se evidenciou, através da inclusão da Transparência e da Responsabilidade Social como valores organizacionais e do conteúdo da Visão de Futuro 2011, conforme descrito na página do Bacen na internet (BANCO CENTRAL DO BRASIL, [2009]).

- Valores Organizacionais:

¹⁰ Programa conduzido no Departamento do Rio de Janeiro que entre outros eventos, oferece aulas de alongamento, de ginástica, pilates, canto, dança de salão, astrologia e violão.

¹¹ Unibacen é uma universidade corporativa voltada principalmente para a educação dos servidores e congrega todas as iniciativas de educação do Banco Central, além de objetivar beneficiar a sociedade por Programa de Educação Financeira.

1. Ética - Agir com integridade, honestidade e probidade para a preservação dos interesses institucionais e dos princípios que regem a Administração Pública.
2. Excelência - Aprimorar continuamente os padrões de desempenho para atender às expectativas dos clientes internos e externos, mantendo-se alinhado às melhores práticas internacionais.
3. Compromisso com a Instituição - Priorizar os interesses da Instituição em relação a interesses pessoais ou de grupos e atuar com foco na missão, na visão e nos objetivos estratégicos da Instituição.
4. Foco em resultados - Atuar com iniciativa e proatividade, identificando prioridades e concentrando ações no que é relevante para alcançar os resultados pretendidos pela Instituição.
5. Transparência - Informar, interna e externamente, sobre decisões de políticas e procedimentos, de forma aberta, clara e em tempo oportuno, observadas as restrições de ordem legal ou de caráter estratégico.
6. Responsabilidade social - Agir tendo a ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com servidores, colaboradores, fornecedores, parceiros, usuários, comunidade, governo.

Visão de Futuro:

O Banco Central, por sua atuação autônoma, pela qualidade dos seus produtos e serviços e pela competência dos seus servidores, será reconhecido cada vez mais como instituição essencial à estabilidade econômica e financeira, indispensável ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Atualmente, o Bacen vem procurando estreitar seu relacionamento com o público externo, agindo de maneira a proporcionar educação e informação aos usuários dos serviços prestados pelos agentes financeiros e, por outro lado, dar maior transparência a suas ações.

Dentre as ações voltadas para o cidadão, constantes de sua página na internet e do Relatório de Administração 2008, podem ser destacadas:

- Educação financeira - envolve campanhas e ações educativas que visam a propiciar orientação à sociedade sobre assuntos financeiros em geral. O Programa de Educação Financeira do Banco Central (PEF-BC) tem como objetivo disseminar conhecimentos sobre assuntos econômico-financeiros para a sociedade, oferecendo-lhe condições para refletir a respeito da responsabilidade de cada pessoa no planejamento e na administração econômica, apercebendo-se do papel do Banco Central e dos agentes financeiros, de forma a gerar uma consciência que se reverta em práticas para a melhoria da qualidade de vida. Destacam-se alguns projetos como: Museu-Escola, O Museu Vai à Escola, BC Jovem e Bacen e Universidade.

- Atendimento ao público via 0800 ou presencial - o público pode obter informações sobre os assuntos de responsabilidade do Bacen, fazer reclamações contra as instituições fiscalizadas pelo Bacen ou ainda encaminhar reclamações, sugestões, críticas ou elogios relacionados aos serviços prestados (Ouvidoria).

- Criação da *home page* do Banco Central - disponibilização de site na internet contendo informações sobre a instituição e sobre temas econômicos, contando ainda com um

tópico de “ Serviços ao Cidadão” , através do qual podem ser feitas perguntas sobre assuntos relacionados ao Bacen, reclamações sobre instituições fiscalizadas ou sobre serviços prestados pelo Banco Central (<http://www.bcb.gov.br>¹²).

- Museu de Valores – o acervo do museu reúne e conserva cédulas, moedas, documentos, peças e curiosidades nacionais e internacionais, que exprimem valor monetário em seu contexto histórico.
- Espaços culturais – a sede e as regionais de Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo disponibilizam espaço apropriado para a realização de exposições de pintura, escultura e fotografia, além de outras manifestações artísticas de artistas brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.
- Ação Social - o Bacen apóia o desenvolvimento de 160 jovens aprendizes que desenvolvem atividades profissionalizantes (Projeto Cesam).

5.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS DO BANCO CENTRAL:

A maior parte dos documentos publicados regularmente pelo Bacen tem natureza econômica e se relacionam com o atingimento de sua missão institucional, como, por exemplo, o “Relatório de Inflação” e o “Relatório de Estabilidade Financeira”.

Além da prestação de contas ao Congresso, prevista pela Constituição, o Banco Central faz sua “Prestação de Contas à Sociedade”, de acordo com sua página na internet, www.bcb.gov.br, através de diversos documentos, dentre os quais se destacam:

Balancetes e Demonstrações Financeiras

Relatório de Gestão dos Dirigentes do Bacen

- Código de Conduta dos Funcionários do Banco Central e
- Relatório de Administração

Embora este último documento tenha sido previsto no Voto CMN 101/96 de 22.05.1996 com o objetivo de prestar contas à sociedade das ações do Bacen, não tem funcionado como um Balanço Social por diversos fatores como a falta de divulgação adequada (VENTURA, 1999) e a ausência de alguns indicadores socioambientais relevantes como o relacionamento com os funcionários e com o meio ambiente. Como ilustração, a versão elaborada para o ano 2008 continha 38 páginas, das quais apenas 3 relativas a seu

¹² A Resolução número 7 de 29 de julho de 2002 do Comitê Executivo do Governo Eletrônico estabelece regras e diretrizes para os sítios na internet da Administração Pública Federal.

relacionamento com a sociedade.

Quadro 8 - Estrutura do Relatório de Administração do Banco Central 2008

Panorama da Economia Brasileira
Sistema Financeiro Nacional
Sistema de Pagamentos
Relacionamento com Organismos e Foros Internacionais
Banco Central e a Sociedade
Ação Institucional
Ação administrativa
Orientações Estratégicas do Banco Central
Estrutura Organizacional do Banco Central
Endereços do Banco Central

Fonte: Bacen, 2009

Na verdade, o que se depreende é que tal fato parece espelhar a cultura organizacional incipiente com relação aos temas transparência e responsabilidade social, ainda hoje, como demonstram as recentes ações do Bacen no sentido de reverter este quadro, a saber, a criação do Grupo de Trabalho para propor um componente administrativo voltado para a Responsabilidade Socioambiental e a aprovação do Projeto¹³ para "Institucionalização de princípios e diretrizes para elevação do nível de maturidade organizacional relativo ao Valor Responsabilidade Social".

¹³ Foi aprovado pela Diretoria, em abril de 2009, um projeto que visa a "Institucionalização de princípios e diretrizes para elevação do nível de maturidade organizacional relativo ao Valor Responsabilidade Social", com duração de um ano..

6 RUMO À TRANSPARÊNCIA

Este capítulo vai apresentar os indicadores selecionados para o relatório do Bacen, que possam responder à nova estratégia da instituição que inclui a Transparência e Responsabilidade Social como Valores Organizacionais. Este documento deverá relatar as ações empreendidas de forma diferenciada da observada no atual Relatório de Administração, e deverá ser compatível com os modelos de relatórios estudados no curso do trabalho e que estão sintetizados no quadro abaixo:

Quadro 9- Resumo dos Relatórios Analisados:

GRI	ETHOS	IBASE:	BNDES:
Estratégia e Análise	Introdução	Base de Cálculo	Mensagem do Presidente
Perfil Organizacional	A Empresa	Indicadores Sociais Internos	Mensagem do Ministro
Parâmetros para o Relatório	A Atividade Empresarial	Indicadores Sociais Externos	Geração de Empregos
Governança, Compromissos e Engajamento	Indicadores:	Indicadores Ambientais	Transparência
Forma de Gestão e Ind. de Desempenho:	Valores, Transparência e Governança	Indicadores do corpo funcional	Respons. Social Ambiental
Desemp. Econômico	Público Interno	Cidadania Empresarial	Respons. Social Corporativa
Desemp. Ambiental	Meio Ambiente	Outras Informações	Gestão Corporativa
Desemp. Social	Fornecedores		Planejamento Estratégico
Práticas Trabalhistas	Consumidores e Clientes		Política de Desenv. Produtivo
Direitos Humanos	Comunidade		Prog. de Aceleração do Crescimento
Sociedade	Governo e Sociedade		Internacionalização
Responsabilidade pelo Produto	Anexos:		Micro, Pequenas e Médias Empresas
Notas Gerais sobre o relatório	Balanco Social		Apoio à Inovação
			Área de Estruturação de Projetos
BNB:	BASA:	BB:	Meio Ambiente
			Indústria Cultural
Mensagem do Presidente	Mensagem do Presidente	Funcionários	Área de Capital Empreendedor
Perfil Institucional	A Instituição	Acionistas	BNDES em Números
BNB em Números	O Novo Modelo de Negócios	Clientes com foco no microcr	Área de Infraestrutura
Estratégias Empresariais	Rede de Atendimento	Fornecedores	Área de Insumos Básicos
Destaques 2007	Presença na Região	Governo	Área Industrial
Relatório Anual 2007	Recursos Humanos	Comunidade	Área de Comércio Exterior
Desemp. Operacional	Planejamento das Aplicações do FNO	Meio Ambiente- Princ. Equad	Área de Inclusão Social
Desemp. Financeiro	Novos Produtos		Área Financeira
Governança Corporativa	Tecnologia e Segurança da Informação		Área de Operações Indiretas
Gestão de Riscos	Implantação da Política Socioambiental	CEF:	Área de Mercado de Capitais
Balanco Social:	Apoio à Pesquisa Científica		Crédito e Gestão de Risco
Resp. Socioambiental	Apoio à Assist. Técnica e Extensão Rural	Introdução	Anexo – Dem. Financeiras
Gestão da Ética	Investimento Social	Missão, Visão e valores	
Relacionamento com Consumidores e Cliente	Desempenho Operacional	Estratégia	
Bancarização e Inserção Econômica e Social	Desempenho Econômico- Financeiro	Síntese de Desempenho	
Suporte ao Desenv. Sustentável	Perspectivas para 2009	Mensagem da Presidenta	
Avaliação de Políticas e Programas	Programas Sociais Internos	Perfil da Caixa	
As pessoas no BNB	Programas Sociais Externos	Gov. Corporativa	
Relações com Fornecedores	Meio Ambiente	Relacion. Público Interno	
Incentivo e Patrocínio à Cultura	Dem. Financeiras e Notas Explicativas	Relac. Pub. Externo	
Relacionamento com a Sociedade		Desemp. Ambiental	
Sistema de Gestão ambiental		Patrocínios	
Dem. Inf. Natureza Social e Ambiental(DINSA)		Prêmios e Reconhecimentos	
		Tabela Ibase	
		Sobre este Relatório	
Fonte: Compilação feita pelo autor			

Como se observa, os relatórios analisados apresentam estruturas distintas, abrangendo alguns tópicos comuns e outros específicos das atividades desempenhadas por cada banco.

Embora não tenha sido vislumbrada a utilização exclusiva de nenhum dos três modelos considerados e sim, na maior parte das vezes, uma combinação de seus indicadores, destaca-se atualmente o grupo de indicadores do GRI, por ser o modelo mais adotado, ensejando a comparabilidade, e pela sua abrangência.

As próximas seções apresentam as justificativas utilizadas para a seleção dos indicadores do Bacen e, posteriormente, os indicadores propostos.

6.1 JUSTIFICATIVAS PARA A SELEÇÃO DOS INDICADORES

A partir do exposto anteriormente, optou-se por selecionar indicadores para o Banco Central a partir do modelo proposto pelo GRI, podendo ser mencionado ainda que trata-se do único modelo de relatório que apresenta uma versão (piloto) para Órgãos Públicos, o que pareceu adequado às características do Bacen, como, por exemplo, os indicadores de políticas públicas.

De acordo com a definição do Instituto Ethos, a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades. No caso do Banco Central, esta atitude se materializou na inclusão do Valor Organizacional Responsabilidade Social em seu Planejamento Estratégico 2007-2011. Desta forma, os indicadores utilizados no relatório social deverão ser capazes de refletir as ações do Bacen com relação a seus *stakeholders* e ao meio ambiente.

Os objetivos que nortearam a escolha dos diversos indicadores a partir da relação de indicadores proposta pelo GRI, em sua versão piloto para órgãos Públicos, encontra-se compilada no quadro apresentado no Anexo A.

6.2 INDICADORES PROPOSTOS

Na elaboração da proposta de indicadores para o Banco Central procurou-se refletir as características que pudessem dotar o documento de divulgação das qualidades requeridas para um bom relatório: publicar dados acessíveis e comparáveis, determinar metas reais, incluir a “voz” dos *stakeholders*, discutir os impactos na cadeia de valor, divulgar as atividades relacionadas às políticas públicas e ensejar a acessibilidade e a verificação das informações (FUNDAÇÃO BRASILEIRA..., 2008).

Entretanto, a elaboração de um relatório social, dada a especificidade de seu enfoque, pressupõe a implantação de um novo sistema de informações, cuja viabilidade e sucesso vão depender de inúmeros fatores. Segundo Ferreira e Bufoni (2006), os principais seriam os seguintes: a baixa complexidade, a participação dos usuários, através de envolvimento e treinamento, a escolha correta dos gestores do projeto e, em especial, o apoio da direção.

No caso do Banco Central, embora a criação e o funcionamento da área de Responsabilidade Social estejam entre as prioridades da diretoria, seria necessário algum tempo para “sensibilizar” os funcionários com relação ao tema, através do treinamento adequado e induzir as mudanças culturais e de prioridades necessárias à elaboração de um relatório de sustentabilidade.

Diante deste quadro, parece ser bastante oportuna a adoção de um modelo que partisse do Relatório de Administração já publicado pelo Bacen e cuja vocação, desde sua criação, era a correta prestação de contas à sociedade e que já divulga várias informações pertinentes.

À medida que os novos conceitos fossem se consolidando e o Bacen colocasse em prática um sistema de informações compatível, poderiam ser paulatinamente adotados os indicadores selecionados a partir do GRI, de modo a refletir da maneira mais transparente o exercício da Responsabilidade Social Corporativa pelo Banco Central do Brasil no momento da elaboração do relatório.

Entretanto, considerando-se sua utilização por vários bancos públicos e privados e a maior simplicidade para sua elaboração, poderia ser inicialmente construída uma Tabela Ibase para o Banco Central que, acrescida ao citado Relatório da Administração, disponibilizaria informações socioambientais requeridas pelo exercício da transparência.

Finalmente, cabe observar que muitas políticas internas e externas do Banco Central são resultantes de políticas maiores, emanadas do Governo Federal. Temos neste caso, por exemplo, o Código de Conduta do Funcionário do Banco Central feito à luz do Código do Funcionário Público, o Projeto Transparência Pública (2006) e o Programa Papel Social destinado à reciclagem de vidros e papéis, cuja origem é o Decreto 5940/06 que versa sobre a necessidade de se efetuar a separação de resíduos descartáveis por órgãos da administração pública federal direta e indireta.

Nestes casos, o Relatório do Bacen espelharia, em alguns tópicos, a aderência da instituição às políticas governamentais de Responsabilidade Socioambiental.

6.2.1 Indicadores sugeridos do GRI

Os indicadores sugeridos para o Bacen, a partir do modelo piloto do GRI para os órgãos públicos, foram agrupados de acordo com a finalidade a que se propõem ou então com relação a seus principais *stakeholders*, a saber, os funcionários, a sociedade, os fornecedores e as instituições financeiras.

Parece importante lembrar que, conforme observado na fundamentação teórica, os modelos propostos pelo GRI admitem 3 níveis de aplicação, ensejando que os indicadores sugeridos possam ser adotados pelo Bacen de forma paulatina e de acordo com suas possibilidades e seus objetivos.

1) Indicadores relativos ao Bacen e a seu compromisso com o desenvolvimento sustentável:

- 1.1 Mensagem da visão e da estratégia da organização com relação a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.
- 1.2 Mensagem do Presidente com os elementos chave do relatório.
- 1.3 Descrever a relação com outros Órgãos Públicos ou autoridades públicas e a posição do Bacen nas estruturas governamentais imediatas.
- 1.4 Nome da organização.
- 1.5 Estrutura operacional da organização.
- 1.6 Natureza da propriedade: forma legal.
- 1.7 Escala da organização: número de empregados, dotação orçamentária e fontes de recursos.
- 1.8 Lista de *stakeholders*, atributos chave de cada grupo e relacionamento com a empresa.

2) Indicadores relativos aos parâmetros para o Relatório:

- 2.1 Pessoa (s) de contato sobre o relatório, incluindo e-mail.
- 2.2 Período coberto pelo relatório (ano civil,...).
- 2.3 Data do último relatório (se houver).
- 2.4 Alcance do relatório e quaisquer limitações específicas ao escopo.
- 2.5 Mudanças significativas no tamanho, na estrutura, propriedade ou produtos/serviços que tenham ocorrido desde o último relatório.
- 2.6 Explicação da natureza e efeito de alguma reclassificação de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões desta reclassificação (por ex. fusões, aquisições, mudanças de período/base).
- 2.7 Decisões de não aplicar os princípios ou protocolos GRI na elaboração do relatório.

2.8 Definições e critérios usados na contabilização de custos e benefícios econômicos, sociais e ambientais.

2.9 Mudanças significativas de mudanças nos métodos de medição adotados em anos anteriores para informações econômicas, sociais e ambientais relevantes.

2.10 Políticas e práticas internas para aumentar a segurança sobre a confiabilidade, a precisão e a completude que podem ser colocadas no relatório de sustentabilidade (inclui sistemas de gestão, processos e auditorias).

2.11 Políticas e práticas correntes para assegurar independência ao relatório.

2.12 Meios pelos quais os relatores podem obter informações e relatos adicionais sobre aspectos econômicos, ambientais e sociais das atividades da empresa.

3) Indicadores ligados à Estrutura de Governança e aos Sistemas de Gestão:

3.1 Sistemas de Gerenciamento e Estrutura de Governança , incluindo os comitês mais importantes sob a diretoria, responsáveis pela definição da estratégia e pela visão geral da empresa.

3.2 Processos para a determinação da expertise que os membros da diretoria necessitam para guiar o rumo estratégico da organização, incluindo assuntos relativos aos riscos social e ambiental.

3.3 Processos da diretoria para atender à identificação e ao gerenciamento de riscos e oportunidades econômicos, ambientais e sociais.

3.4 Estrutura organizacional e pessoas chave responsáveis pela fiscalização, implementação e auditoria de políticas econômicas, ambientais, sociais e outras afins.

3.5 Declaração de missão e de valores, códigos de conduta ou princípios criados internamente e políticas relevantes ao desempenho econômico, ambiental e social e o status da implementação.

3.6 Bases para identificação e seleção dos *stakeholders*.

3.7 Acessos a consultas dos *stakeholders* agrupadas por tipo e por e por grupos de *stakeholders*.

3.8 Tipo de informação gerada pelas consultas dos *stakeholders*.

3.9 Uso de informações geradas por sugestões/compromissos com *stakeholders*

3.10 Explicação sobre e se e como o princípio da precaução é adotado pela organização.

3.11 Grupos ou iniciativas econômicas, ambientais e sociais voluntários, criados externamente, ou outras iniciativas que a organização endosse.

3.12 Abordagem usada pela organização para tratar os impactos econômicos, sociais e ambientais resultantes de suas atividades.

3.13 Programas e procedimentos relativos ao desempenho econômico, ambiental e social, incluindo:

- estabelecimento de prioridades e alvos
- programas mais importantes para melhorar o desempenho
- comunicação interna e treinamento.
- monitoramento do desempenho
- auditoria interna e externa, e
- análise da alta administração.

3.14 Status das certificações relativas aos sistemas econômico, ambiental e social.

4) Indicadores relativos às Políticas Públicas (Normas para o Sistema Financeiro):

4.1 Citar a definição de desenvolvimento sustentável usada pelo Bacen e identificar os princípios adotados para guiar as políticas de desenvolvimento sustentável. Citar a fonte da definição de desenvolvimento sustentável e explicar brevemente os princípios adotados.

4.2 Identificar os aspectos para os quais o Bacen tenha estabelecido políticas de desenvolvimento sustentável.

4.3 Identificar os objetivos específicos do Bacen para cada normativo listado no item anterior. Juntar uma descrição dos objetivos de curto e longo prazos do Bacen com relação às prioridades da política pública de DS.

4.4 Descrever o processo pelo quais os objetivos dos indicadores 4.2 e 4.3 foram estabelecidos.

4.5 Para cada objetivo, fornecer as seguintes informações:

- medidas para implementação
- resultados de estimativas relevantes sobre a efetividade destas medidas antes de sua implementação.
- definir alvos e indicadores-chave usados para monitorar o progresso, com foco nos resultados.
- descrição dos progressos referentes a objetivos e alvos nos períodos de análise, inclusive resultados dos indicadores-chave.
- ações que asseguram melhorias contínuas visando o atingimento dos alvos e objetivos do Bacen e
- estimativas pós-implementação e alvos para o próximo período.

4.6- Descrever o papel e o envolvimento dos *stakeholders* com relação aos itens citados em 4.5.

5) Indicadores relativos ao desempenho econômico:

- 5.1. Receitas líquidas – referem-se ao total de receitas do BACEN.
- 5.2 Folha de salários total, incluindo benefícios, aberta por país ou região.
- 5.3 Benefícios dos empregados, além dos legalmente devidos.
- 5.4 Total de impostos pagos.
- 5.5 Doações à comunidade, sociedade civil e outros grupos, segregados por tipos de grupos.
- 5.6 Impactos econômicos indiretos da organização.
- 5.7. Gastos Brutos por tipo de pagamento - por ex.salários, impostos, investimentos.
- 5.8 Gastos Brutos por tipo de classificação financeira - usar a classificação do FMI ou, se for o caso, a das contas anuais.
- 5.9 Gastos de capital por instrumento financeiro.
- 5.10 Descrever os critérios econômicos, sociais e ambientais aplicados aos gastos e aos compromissos financeiros.

6) Indicadores relativos ao relacionamento com o meio ambiente:

- 6.1 Materiais usados, exceto água, por tipo de material.
- 6.2 Percentual de materiais usados que são sobras (processadas ou não) de fontes externas à organização.
- 6.3 Uso direto de energia, por tipo de fonte primária.
- 6.4 Uso indireto de energia.
- 6.5 Consumo total de água.
- 6.6 Emissões de gases com efeito estufa.
- 6.7 Uso e emissões de substâncias redutoras de ozônio.
- 6.8 Quantidade total de lixo por tipo e destinação (reutilização, incineração, reciclagem...).
- 6.9 Impactos ambientais significativos dos principais produtos e serviços.
- 6.10 Peso total de resíduos, por tipo e método de descarte.

7) Indicadores relativos aos Funcionários:

- 7.1 Caracterização da força de trabalho, onde for possível, por região, status (empregado ou não), tipo de emprego, e por tipo de contrato de trabalho. Identificar também a força de

trabalho contratada em conjunto com outros empregadores (trabalhadores temporários), segmentada por região.

7.2 Postos de trabalho líquidos criados e *turnover médio*, segmentado por região.

7.3 Percentual de empregados representados por sindicatos ou percentual de empregados cobertos por acordos coletivos, classificados por região.

7.4 Número médio de acidentes, dias perdidos e absenteísmo, incluindo mortes de trabalhadores (incluindo terceirizados).

7.5 Número médio de horas anuais de treinamento por empregado, por categoria de empregado.

7.6 Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.

7.7 Práticas adotadas para registrar e notificar de acidentes de trabalho e doenças, e como elas se ajustam à legislação existente para as mesmas (OIT).

7.8 Descrição do comitê conjunto para saúde e segurança, incluindo representantes da administração e dos trabalhadores e proporção da força de trabalho coberta por estes comitês.

7.9 Descrição das políticas ou programas relativos a AIDS e outras doenças.

7.10 Composição dos grupos de administradores sênior e governança corporativa, incluindo a relação homem/mulher e outros indicadores de diversidade apropriados.

7.11 Previsão para a representação formal dos trabalhadores na tomada de decisões, incluindo a governança corporativa.

7.12 Descrição dos programas de treinamento contínuo dos funcionários e de preparação para a aposentadoria.

7.13 Descrição das políticas, diretrizes, estrutura corporativa e procedimentos relativos a todos os aspectos dos direitos humanos, relevantes para a operação, inclusive mecanismos de monitoramento e resultados.

7.14 Descrição das políticas e procedimentos para evitar quaisquer formas de discriminação nas atividades, inclusive dos sistemas de monitoramento e seus resultados.

7.15 Descrição das políticas de liberdade de associação e o alcance da aplicação das mesmas, independentemente das leis locais, bem como uma descrição dos procedimentos pertinentes.

7.16 Descrição das políticas e dos sistemas de gerenciamento de suborno e corrupção, bem como mecanismos de acompanhamento sobre os empregados.

8) Indicadores relativos aos Fornecedores:

- 8.1 Políticas para controlar impactos no início ou no fim da linha de produção, incluindo a gestão dos fornecedores terceirizados e a performance social e ambiental do fornecedor.
- 8.2 Evidências da inclusão dos impactos sobre os direitos humanos nas decisões de investimento e abastecimento, incluindo a seleção de fornecedores.
- 8.3 Descrição das políticas e procedimentos de avaliação do desempenho com direitos humanos, na cadeia de fornecedores, inclusive sistemas de monitoramento e seus resultados.
- 8.4 Percentual dos bens adquiridos com selos de certificação ambiental ou social, segregado por tipo.

9) Indicadores relativos à Sociedade:

- 9.1 Descrição das políticas e dos sistemas de gerenciamento sobre a administração de lobbies políticos e contribuições, bem como mecanismos de acompanhamento.
- 9.2 Descrição das políticas para minimizar os impactos sobre as comunidades em áreas afetadas por atividades, bem como uma descrição dos programas/procedimentos para sua aplicação inclusive dos sistemas de monitoramento e seus resultados.
- 9.3 Iniciativas para melhorar o acesso aos serviços financeiros das pessoas desfavorecidas.
- 9.4 Políticas para a divulgação e o design honestos de produtos e serviços financeiros.
- 9.5 Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário.
- 9.6 Descrever os resultados da estimativa de eficiência e eficácia dos serviços fornecidos pelo Bacen, incluindo as medidas tomadas para melhorar sua prestação.

Ao descrever este indicador:

- identificar o foco da estimativa
- resumir as conclusões-chave
- identificar a fonte de dados disponíveis ao público na estimativa.

6.2.2 Indicadores sugeridos do modelo Ibase:

No que se refere aos indicadores constantes do Balanço Social Ibase (46), apenas 4 deles não foram considerados aplicáveis ao Bacen por se referirem à existência de previdência privada e à distribuição dos lucros. Como os demais órgãos públicos, o Bacen não tem por objetivo o lucro. Assim, o atingimento de seus objetivos macro (estabilidade de preços) e micro (solidez do sistema financeiro) vai se dar, muitas vezes, em detrimento de seu resultado contábil como ocorreu em 1995, no PROER, o que torna sem sentido o cálculo de indicadores como a obtenção de lucro e a DVA.

Deve ser destacado, entretanto, que algumas rubricas apresentadas na Tabela Ibase encontram-se subavaliadas como, por exemplo, alguns investimentos externos em educação e cultura, pois em muitos casos, a participação do Bacen refere-se à cessão de funcionários e de espaço, não gerando registros específicos na contabilidade.

Quadro 10- Balanço Social Bacen/Ibase:

Tabela Ibase:	Valor (R\$mil) Ano –base Ano Anterior	Rubrica Plano de Contas ou Setor Responsável
1.1- Receita Líquida (RL)		7710-5 (Resultado do Semestre)
1.2 Resultado Operacional (RO)		
1.3 Folha de Pagamentos Bruta (FPB)		40.14-9 (Despesas de Pessoal) + 40.17-0 (Contribuições da Previdência Social)+4018.7(Assistência e Previdência Social)
Indicadores Sociais Internos:	Valor (mil R\$) %Sobre FPB %Sobre RL	
2.1- Alimentação		40.45.07-8 (Auxílio-Alimentação)
2.2- Encargos Sociais Compulsórios		40.17-0 (Contribuições da Previdência Social)
2.4- Saúde		4018.02-9 (Programa de Assistência a Saúde dos Servidores do Banco Central)
2.5- Saúde e Segurança no Trabalho		4017.04-4 (Seguro de Acidentes de Trabalho) + 40.30.48-5 (Serviços Médicos Ambulatoriais)
2.6- Educação		40.18.07-4 (Auxílio Pré-Escolar)+ 4045.14 -0 (Despesas com Treinamento)+ 4020.21-3 (Livros para o acervo da Biblioteca))
2.7- Cultura		Não disponível
2.8- Capacitação e Desenv. Profissional		4030.27-2 (Aperfeiçoamento e Treinamento de Pessoal) + 4045.03-0 (Incentivos a Servidores)+4045.14-0 (Despesas com Treinamento)+ 4036.27-6
2.9-Creches e Auxílio Creche		4018.07-4
2.11- Outros benefícios		
Indicadores Sociais Externos:	Valor (mil R\$) %Sobre RO %Sobre RL	
3.1- Educação		Não discriminado nos documentos contábeis
3.2- Cultura		Idem
3.3- Saúde e Saneamento		Idem
3.4- Esporte		Idem
3.5- Combate à fome e seg. alimentar		Idem

Cont. Quadro 10- Balanço Social Bacen/Ibase:

3.6- Outros		Idem
3.7- Tributos (excluídos encargos sociais)		4045.06-1(Obrigações Tributárias)
4-Indicadores Ambientais:		
4.1- Relacionados com a operação da empresa		DEMAP/Diretoria de Administração (DIRAD)
4.2 Total dos investimentos em meio ambiente		DEMAP
4.2 Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa: () não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		DEMAP
5- Indicadores do corpo funcional :	Ano Base Anterior	Ano
5.1- Nº de empregados ao final do período		DEPES
5.2- Nº de admissões durante o período		DEPES
5.3-- Nº de empregados terceirizados		DEPES
5.4- Nº de estagiários		DEPES
5.5- Nº de empregados acima de 45 anos		DEPES
5.6- Nº de mulheres que trabalha na empresa		DEPES
5.7- % de cargos de chefia ocupados por mulheres		DEPES
5.8- Nº de negros que trabalha na empresa		DEPES
5.9- % de cargos de chefia ocupados por negros		DEPES
5.10- Nº de empregados portadores de deficiência		DEPES
6- Informações Relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial:	Ano Base Ano	Metas Próximo
6.1- Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		DEPES
6.2- Nº total de acidentes de trabalho		DESEG
6.3- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos: direção, direção e gerências ou por todos? [] direção [] direção e gerências [] todos(as) empregados(as)		SECRE / PRESI
6.4- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos: [] direção [] direção e gerências [] todos(as) empregados(as)		DEMAP

Cont. Quadro 10- Balanço Social Bacen/Ibase:

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: ☐ não se envolve ☐ segue as normas da OIT ☐ incentiva e segue a OIT		DEPES (Manual de Serviço do Pessoal - MSP)
6.7- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de RS e ambiental adotados pela empresa: ☐ não são considerados ☐ são sugeridos ☐ são exigidos		DEMAP
6.8- Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa ☐ não se envolve ☐ apóia ☐ organiza e incentiva		SECRE/PRESI
6.9- Número total de reclamações e críticas dos consumidores : na empresa_____ no Procon _____ na Justiça -----		OUVID
6.10- % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: na empresa_____ no Procon _____ na Justiça -----		OUVID
6.11- Valor Adicionado Total a distribuir		
6.12- Distribuição do VA_____ % governo _____ % colaboradores(as) _____ % acionistas _____ % terceiros _____ % retido		
7- Outras informações		

Fonte: Adaptação da Tabela Ibase feita pelo autor

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste último capítulo são tecidas considerações sobre os resultados obtidos, relativamente aos objetivos final e intermediário desta pesquisa e são também formuladas sugestões para futuras pesquisas sobre o tema tratado.

O objetivo central de nossa pesquisa foi propor indicadores socioambientais que pudessem traduzir o compromisso do Bacen com o desenvolvimento sustentável. Como objetivos secundários, foi elaborada uma análise da evolução da responsabilidade social e da transparência do Banco Central e buscou-se situar o estágio atual da Responsabilidade Social Corporativa e sua evidenciação, com destaque para os tipos de relatório atualmente utilizados pelos Bancos Públicos Federais.

Embora haja uma clara percepção das expectativas abrangidas pelo conceito de Responsabilidade Social Corporativa, sua definição não é muito simples pois refere-se a uma mudança de atitude das empresas com relação à sua responsabilidade perante a sociedade e o meio ambiente. Num primeiro momento, a RSC era preocupação quase que exclusiva das empresas privadas, que a viam como forma de “retribuição” à sociedade pelos lucros obtidos e, em alguns casos, uma ferramenta de marketing. Entretanto, a redefinição do papel do Estado, que passa de executor para indutor e regulador das atividades econômicas, demanda uma necessidade de maior participação da sociedade na gestão e na supervisão dos serviços públicos, através da melhor prestação de contas dos governantes à sociedade.

Assim, a divulgação da prática da RSC, através dos relatórios sociais, criou novos patamares de prestação de contas e transparência, já incorporados e cobrados pela sociedade, o exercício da RSC se intensificou, contagiando também o setor público.

Desta forma, para muitas empresas do setor público, em que pese o fato de todas as suas ações serem precipuamente voltadas para a sociedade, o exercício da RSC vem, cada vez mais, se mostrando uma poderosa ferramenta de gestão sustentável e sua evidenciação, um instrumento hábil de “accountability”.

Num segundo momento, foram analisados os modelos de relatório utilizados pelos bancos no Brasil, enfatizando os bancos públicos, para apreensão de suas características. Das análises efetuadas, pode-se observar que os balanços sociais dos bancos públicos federais não apresentam formato padronizado, variando quanto ao nome e à estrutura, de acordo com as peculiaridades de cada instituição, apresentando, entretanto, como traço comum, a utilização

de indicadores do modelo da terceira (e mais recente) versão das Diretrizes GRI, a G3, por sua abrangência e comparabilidade, associados ao Ethos e ao o Ibase .

Para a seleção de indicadores para o Banco Central, dadas suas especificidades, partiu-se dos indicadores propostos no modelo de relatório para Órgãos Públicos do GRI.

Diante das dificuldades que envolvem a elaboração de um novo tipo de relatório, foi sugerido que os indicadores propostos fossem incorporados ao Relatório de Administração já divulgado pelo Bacen desde 1999, com a vocação de prestar contas à sociedade. Num momento inicial, dada a sua utilização por muitos bancos públicos e privados e a maior simplicidade envolvendo sua construção, seria elaborado e divulgado um Balanço Social Ibase para o Bacen, que poderia ser substituído, paulatinamente, pelos indicadores selecionados.

A construção destes indicadores vai implicar numa adaptação/ampliação dos sistemas de informações existentes de forma a permitir a correta evidenciação da atuação socioambiental do Bacen, refletindo, portanto, uma mudança de cultura da instituição cujo ponto de inflexão foi representado pela inclusão da Transparência e da Responsabilidade Social com Valores Organizacionais no Planejamento Estratégico para o período 2007-2011.

Desta forma, a adoção dos indicadores sugeridos, em parte ou no todo, será reflexo da elevação do nível de maturidade organizacional do Bacen com relação à responsabilidade socioambiental e, conseqüentemente, ao exercício da transparência.

A prática da transparência pelo Banco Central, em atendimento às Orientações da OCDE para Empresas Multinacionais, obtida através da divulgação de “informações financeiras e não financeiras de qualidade, como relatórios de impactos ambientais e sociais de suas atividades, declarações de conduta empresarial e de relações com os empregados e outros interessados” (BRASIL. Ministério..., [200-?]), não só permitirá que se tornem mais conhecidas pela sociedade suas ações, mas também o incitará a exercer cada vez mais suas prerrogativas institucionais para benefício da sociedade e do meio ambiente.

Finalmente, espera-se que este estudo, pioneiro entre os órgãos da administração pública e também, até onde se sabe, entre os órgãos supervisores e agências reguladoras, sirva de incentivo para disseminar ainda mais a adoção e a divulgação da prática da responsabilidade social corporativa pelo setor público.

7.2 SUGESTÕES

A luz do tema desenvolvido, poderiam ser sugeridos os seguintes trabalhos de pesquisa:

- Elaboração de proposta de relatórios de sustentabilidade para outros órgãos da administração direta ou agências reguladoras;
- Análise da evolução dos indicadores do setor público e
- Construção de indicadores socioambientais específicos para o Banco Central.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ASHLEY, Patrícia. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BALANÇO SOCIAL. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 22/08/2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. [2009] *Home page* da instituição. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acessos em: 22/08/2008, 21/10/2008 e 12/03/2009.

_____. **Boletim de responsabilidade social e ambiental do sistema financeiro**, Brasília, 2005-.

_____. **Fique Por Dentro**. Brasília, DF: BCB, 2004.

_____. **Lei 4595**, de 31 dezembro de 1964. Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário e dá outras providências. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/leisedecretos/Port/lei4595_Hist.pdf. Acesso em 12.03.2009.

_____. **Regimento interno**. Portaria nº4.003, 31 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Adm/RegimentoInterno/RegimentoInterno.pdf> Acesso em: 27/04/2009.

_____. **Relatório da administração: 2007**. Brasília, DF: BACEN, 2007. 71 p. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/reladmbc2007/relatorio_administracao_2007.pdf. Acesso em: 12/03/2009.

BANCO CENTRAL DE CHILE. Disponível em < <http://www.bcentral.cl/>>. Acesso em: 13/09/2008.

BANCO CENTRAL EUROPEU. Disponível em: <http://www.ecb.int/ecb/html/index.pt.html>. Acesso em: 18/09/2008

BANCO DA AMAZÔNIA. Belém, 2007. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br>. Acesso em: 18 fev. 2009.

BANCO DO BRASIL S.A. **Sustentabilidade**. 2009. Disponível em:
<http://www.bb.com.br/portalbb/home1,8305,8305,0,0,1,6.bb>. Acesso em: 18/02/2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Disponível em:
http://www.bnb.gov.br/Content/Aplicacao/Grupo_Principal/Home/Conteudo/PortalBN.asp.
 Acesso em: 21/02/2009.

BANCO NACIONAL de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/empresa/desempenho/relatorio/ra2007/relatorio_anual2007.pdf.
 Acesso em: 21/02/2009

BANK of Japan. Disponível em: <http://www.boj.or.jp/en/>. Acesso em: 16/09/2008.

BRASIL. Comitê Executivo do Governo Eletrônico. **Resolução nº 7 de 29 de julho de 2002**.
 Estabelece regras e diretrizes para os sítios na internet da Administração Pública Federal.
 Disponível em:
www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15_223resolucao_n7_sitios_oficiais2562002.pdf.
 Acesso em: 10/04/2009.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. **Resolução nº. 3.545 de 29 de fevereiro de 2008**.
 Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/normativo/pesquisar.paint?method=pesquisar>.
 Acesso em: 18/02/2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Bancos oficiais**. Brasília, DF, [2009?]. Links com
 informações sobre os bancos oficiais brasileiros. Disponível em:
<http://www.fazenda.gov.br/portugues/links/servdf.asp>. Acesso em: 15/02/2009.

_____. **Responsabilidade social corporativa**: diretrizes da da OCDE para empresas
 multinacionais. [200-?]. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/sain/pcnmulti/novo.asp>.
 Acesso em: 10/04/2009.

BUFONI, André L. et. al. Um estudo da transparência nas demonstrações contábeis das
 agências reguladoras. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n.156, p.37-50, set/out,
 2005.

CAIXA Econômica Federal. 2009. Disponível em:
<http://www.caixa.gov.br/acaixa/index.asp> Acesso em: 21/02/2009.

CARROLL, Archie B. A three dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, v. 4, n.4, p.497-505,1979.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Visão estratégica empresarial**. Rio de Janeiro: CEBDS, 2002. v.1.

COOPER, D. J.; MORGAN, W. Case study research in accounting. **Accounting Horizons**, v.22, n.2, p.159-179, jun. 2008.

CORAZZA, Gentil. O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional. **Perspectiva Econômica**, v.2, n, 1, p.1-23, jan./jun. 2006.

CORRÊA, Felipe Toscana de Brito Simões; MEDEIROS, João Ricardo Costa. Responsabilidade social para quem? In: **RESPONSABILIDADE social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2003. V. II, p. 151-199.

CORRÊA, Paulo André B. **O Balanço social como instrumento de gestão: o caso da Marinha do Brasil**. 2008. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA FILHO, Adalberto Vieira. **Um estudo dos balanços sociais dos bancos no Brasil**. 2002. Dissertação (Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília, 2002.

DAMKE, Eloi Junior; SOUZA, Queila Regina. **Responsabilidade social e estratégia internacional: pressupostos teóricos e diretrizes para a atuação de multinacionais em países em desenvolvimento**. [2005]. Disponível em www.ethos.org.br. Acesso em 13/11/2008.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS. **Balanço social dos bancos**. Disponível em www.febraban.org.br. Acesso em 21.08.2008.

FEDERAL Reserve System. Disponível em: <http://www.federalreserve.gov/> Acesso em: 18/09/2008

FERREIRA, Almiro. Responsabilidade social: parte 1- da miscelânea de conceitos ao entendimento. **Práxis: Revista de Divulgação Científica**, ed.7, v.4, n.1, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://guaiba.ulbra.tche.br/praxis/Praxis.htm>. Acesso em: 09/03/2009.

FERREIRA, Aracéli C. S. et al. Balanço social relatório de desempenho social? análise dos setores petroquímico e elétrico no Rio de Janeiro. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, ago./out. 2004.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; BUFONI André Luiz. Fatores de sucesso e insucesso na implementação de sistemas de informação gerencial: estudo do caso do segmento de exploração e produção de petróleo da Petrobrás S/A. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.10, n.2, p.9-31, abr./jun. 2006.

FREIRE, F. S. [et al]. **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

FREITAS, Maria C. P. A evolução dos bancos centrais e seus desafios no contexto da globalização financeira. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.30, n.3, p.397-417, Jul./Set. 2000.

FRIEDMAN, Milton-The social responsibility of business is to increase its profits. **The New York Times Magazine**, New York, Sep. 13, 1970.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Rumo à credibilidade: uma pesquisa de relatórios de sustentabilidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Programa *Global Reporters*, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBAL Reporting Initiative. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/AboutGRI/>. Acesso em: 10/03/2009.

_____. **Sector supplement for public agencies: pilot version 1.0**. Amsterdam: GRI, 2005. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/95CC5BB3-675F-4DAB-9D81-0D7CC18C9B82/0/PublicAgenciesSectorSupplementPilot.pdf>. Acessos em: 12/03/2009 e 20/04/2009.

GONZALEZ, Roberto Souza. Governança e sustentabilidade. **Revista da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec)**, n.37, p.1-2, set. 2008.

GUIDE du travail. Disponível em: www.guide-du-travail.com/lexique/bilan-social.html. Acesso em: 10/03/2009.

INSTITUTO Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). 2007. Disponível em: <http://www.ibase.br/> Acesso em: 10/03/2009.

INSTITUTO ETHOS. 2005. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx> Acesso em: 09/03/2009.

_____. **Prêmio Ethos/Valor.** São Paulo: Ethos, 2002. v.1.

LIMA, Sergio A. S. Banco Central e responsabilidade social. **Por sinal- Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central**, ano 6, nº 26, jan. 2009. Disponível em: <http://www2.sinal.org.br/informativos/PorSinal/?id=5125&tipo=porsinal&show=shw&numero=26>. Acesso em: 27/04/2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** São Paulo: Atlas, 2003.

MATISOFF, Adina. CHAN, Michelle. **The green evolution:** environmental policies and practices in China banking sector. Nijmegen: Friends of the Earth – US, nov. 2008.

MELO NETO, Francisco P. de; FRÓES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa:** o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

_____. **Responsabilidade social e cidadania empresarial:** a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro, Qualitymark, 1999.

MIRANDA, Bárbara L. S. **Uma década de responsabilidade social corporativa:** evolução, coerências e contradições. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, Salvador, 2005.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim. **Empresas na sociedade:** sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ORCHIS, M.; YUNG, M.; MORALES, S. Impactos da responsabilidade social nos objetivos estratégicos . In: **RESPONSABILIDADE social das empresas:** a contribuição das universidades. Vários autores. São Paulo: Peirópolis, 2002.

_____. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores . **RAE** [online], São Paulo, v. 4, n. 1, art. 2, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a02.pdf> Acesso em: 10/4/2009.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

PRADO, Otávio. Agências reguladoras e transparência: a disponibilização de informações pela Aneel. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.40, n.4, p.631-646, jul./ago. 2006.

REIS, Carlos Nelson; MEDEIROS, Luiz E. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**. São Paulo: Atlas, 2007.

RESERVE Bank of Índia. Disponível em < <http://www.rbi.org.in/home.aspx> >. Acesso em 16.09.2008

REZENDE, F. A. Reforma do Estado em perspectiva comparada. In: NASSUNO, M.; KAMADA, P. (Orgs.). **Balanço da reforma do Estado no Brasil**: a nova gestão pública. Brasília: Seges, 2002.

SANTOS, Fabiano; PATRICIO, Ines. Moeda e poder legislativo no Brasil: prestação de contas de bancos centrais no presidencialismo de coalizão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.49, p.93-113, fev. 2002.

SAVITZ, Andrew W.; WEBER, Karl. **A Empresa sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Relatórios sociais: Críticas e Sugestão para um Novo Modelo. In: CONGRESSO USP DE CONTROLOGIA E CONTABILIDADE, 3., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP/FEA, 2003.

SOUZA, Rosane de. O papel dos bancos na defesa do planeta. **Por sinal- Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do banco Central**, ano 6, nº 26, p.6-11, jan. 2009 . Disponível em <http://www2.sinal.org.br/informativos/PorSinal/?id=5125&tipo=porsinal&show=shw&numero=26>. Acesso em: 08/05/2009.

SUCUPIRA, João A. Ética nas empresas e balanço social. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (Orgs). **Balanço social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

TELLIS, Winston. Application of a case study methodology. **The Qualitative Report**, v. 3, n.3, set. 1997. Disponível em: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR3-3/tellis2.html>. Acesso em: 29/07/2009.

THEOPHILO, Carlos; MARTINS, Gilberto. **A metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

TOLDO, Mariesa. Responsabilidade Social Empresarial. In: INSTITUTO ETHOS: **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades** v.1. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis, 2002.

TORRES, Ciro. **Balanco social: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: Ibase, 2009a.

_____. Responsabilidade social das empresas (RSE) no Brasil. In: SILVA, César Augusto T.; FREIRE, Fátima as Souza (Orgs). **Balanco Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. Balanco social e transparência nas empresas. **Por sinal- Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do banco Central**, ano 6, nº 26, jan. 2009b. Disponível em: <http://www2.sinal.org.br/informativos/PorSinal/?id=5125&tipo=porsinal&show=shw&numero=26>. Acesso em: 08/05/2009.

TOSINI, Maria de Fátima; CRUVINEL, Elvira. A responsabilidade socioambiental de órgãos reguladores e do Banco Central do Brasil. **Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro**, ano 2, n.23, out. 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200710.pdf>. Acesso em: 16/04/2009.

VEIGA, Vera Lucia F.; XAVIER, Aloysio José S. **Critérios socioambientais em operações de crédito: estudo de caso em dois bancos no Brasil**. 2007. Monografia (Programa de Pós-Graduação - MBA – em Engenharia Econômica e Financeira) - Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Economia, Niterói, 2007.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. Balanco social dos bancos/Febraban: uma análise da evolução da responsabilidade social empresarial (RSE). **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.3, n.III, 2005.

_____. O recorte da prestação de contas e democracia nos modelos de gestão de organização pública e privada: O Banco Central do Brasil. In: ASHLEY, Patrícia (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

_____. **Responsabilidade social das organizações:** o estudo de caso do Banco Central do Brasil. 1999. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 1999.

VERAS, Marcelo Lima. **Avaliação do estágio de desenvolvimento da responsabilidade social no Banco Central do Brasil.** 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **Annual review, 2008.** New York: United Nations Global Compact, mar. 2009. Disponível em:
http://www.unglobalcompact.org/docs/news_events/9.1_news_archives/2009_04_08/GC_2008AR_FINAL.pdf Acesso em: 04/11/2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A - JUSTIFICATIVAS PARA A ESCOLHA DOS INDICADORES

I-Indicadores do GRI	Status	Objetivo
1-Visão e Estratégia		
1.1 - Mensagem da visão e da estratégia da organização com relação a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.		Refere – se à visão e a estratégia de sustentabilidade da organização
1.2 - Mensagem do Presidente com os elementos chave do relatório		Refere - se à descrição da instituição pública, das prioridades de suas políticas públicas e suas ações para o desenvolvimento sustentável
2 - Perfil da Empresa		
2.1 - Descrever a relação com outros OP ou autoridades publicas e a posição da instituição com as estruturas governamentais imediatas		Papel do Bacen na administração direta
2.2 - Nome da organização		Identificação da empresa
2.3 - Principais produtos e serviços, incluindo marcas se forem o caso.		Descreve sumariamente a missão, as funções e as responsabilidades do Bacen
2.4- Descrição das principais divisões, subsidiárias e joint-ventures.	Descartado	Não se aplica ao tipo de atividade do Bacen
2.5 - Países onde as operações são feitas	Descartado	Idem
2.6- Natureza da propriedade: forma legal		Identificação da empresa
2.7- Naturezas dos mercados atingidos	Descartado	Não se aplica ao tipo de atividade do Bacen
2.8- Escala da organização: Numero de empregados, Receita Total.		Descreve características do Bacen
2.9- Lista de stakeholders, atributos chave de cada um deles e relacionamento com o Bacen.		Idem
3 - Perfil do Relatório		
3.1 - Pessoa (s) de contato sobre o relatório, incluindo e-mail.		Refere-se ao escopo do relatório .
3.2 - Período coberto pelo relatório (ano civil,...)		Idem
3.3 - Data do ultimo relatório (se houver)		Idem
3.4 - Alcance do relatório (países, regiões, produtos, serviços, , subsidiárias...) e quaisquer limitações específicas ao escopo.		Idem
3.5 - Mudanças significativas no tamanho, na estrutura, propriedade ou produtos/serviços que tenham ocorrido desde o ultimo relatório.		Idem
3.6 - Bases para os relatos sobre joint-ventures, subsidiárias parciais, operações terceirizadas, e outras situações que possam afetar a comparabilidade de um período para outro ou entre empresas.	Descartado	Não se aplica ao tipo de atividade do Bacen

3.7 - Explicação da natureza e efeito de alguma reclassificação de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões desta reclassificação (por ex. fusões, aquisições, mudanças de período/base...		Refere-se ao escopo do relatório.
3.8 - Decisões de não aplicar os princípios ou protocolos GRI na elaboração do relatório.		Idem
3.9 - Definições e critérios usados na contabilização de custos e benefícios econômicos, sociais e ambientais.		Idem
3.10 - Mudanças significativas de mudanças nos métodos de medição adotados em anos anteriores para informações econômicas, sociais e ambientais relevantes.		Idem
3.11 - Políticas e práticas internas para aumentar a segurança sobre a confiabilidade, a precisão e a completude que podem ser colocadas no relatório de sustentabilidade (inclui sistemas de gestão, processos e auditorias).		Idem
3.12 - Políticas e práticas correntes para assegurar independência ao relatório.		Idem
3.13 - Meios pelos quais os relatores podem obter informações e relatos adicionais sobre aspectos econômicos, ambientais e sociais das atividades da empresa.		Idem
4 - Sistemas de Gerenciamento e Estrutura de Governança		
4.1 - Sistemas de Gerenciamento e Estrutura de Governança, incluindo os comitês mais importantes sob a diretoria que são responsáveis pela definição da estratégia e pela visão geral da empresa.		Este item procura identificar quem são os tomadores de decisão que definem as políticas e tomam decisões executivas.
4.2 - Percentual de diretores independentes, não executivos.	Descartado	Não há diretores independentes no Bacen.
4.3 - Processos para a determinação da expertise que os membros da diretoria necessitam para guiar o rumo estratégico da organização, incluindo assuntos relativos aos riscos social e ambiental.		O Bacen deverá divulgar os processos pelos quais é aferida a expertise de sua diretoria
4.4 - Processos da diretoria para atender à identificação da empresa e o gerenciamento de riscos e oportunidades econômicos, ambientais e sociais.		Explicita os processos através dos quais a diretoria define as políticas e implementa ações
4.5 - Relação entre o pagamento de executivos e o atingimento de metas financeiras e não financeiras.	Descartado	Todos os membros da diretoria colegiada do Bacen são executivos e não percebem bônus de performance

4.6 - Estrutura organizacional e pessoas chave responsáveis pela fiscalização, implementação e auditoria de políticas econômicas, ambientais, sociais e outras afins.		Informa de que forma o Bacen se organiza para desempenhar suas missão
4.7 - Declaração de missão e de valores, códigos de conduta ou princípios criados internamente e políticas relevantes ao desempenho econômico, ambiental e social e o status da implementação.		Refere-se às metas do planejamento estratégico do Bacen
4.8 - Mecanismos que permitem aos acionistas fazer recomendações à diretoria.	Descartado	Não se aplica ao Bacen
5- Compromissos com os Stakeholders		
5.1 - Bases para identificação e seleção dos stakeholders		Indicador relevante por definir as partes interessadas na atuação do Bacen
5.2 - Acessos a consultas dos stakeholders agrupadas por tipo e por grupo de stakeholder.		Indicador relevante por incluir os interesses das partes interessadas na gestão do Bacen
5.3 - Tipo de informação gerada pelas consultas dos stakeholders.		Idem
5.4 - Uso de informações geradas por compromissos com stakeholders.		Idem
6- Políticas Globais e Sistemas de Gerenciamento		
6.1 - Explicação sobre se e como o princípio da precaução é adotado pela organização.		Trata-se de um indicador aplicável a todos os tipos de organização já que o Princípio da Precaução é a garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados
6.2 - Grupos econômicos, ambientais e sociais voluntários ou outras iniciativas que a organização endosse.		Este item reflete os interesses e prioridades tratando-se de indicador aplicável a todos os tipos de organização
6.3 - Políticas para controlar impactos no início ou no fim da linha de produção, incluindo: gestão dos fornecedores terceirizados e performance social e ambiental do fornecedor e iniciativas de aprimoramento do design dos bens e serviços		Embora não tenha ligação direta com o tipo de atividade desempenhada pelo Bacen, este indicador poderá refletir a atuação do Bacen na cadeia produtiva
6.4 - Abordagem usada pela organização para tratar os impactos econômicos, sociais e ambientais resultantes de suas atividades.		Explicita o grau de comprometimento do Bacen com os impactos de suas atividades
6.5 - Principais decisões relativas à localização das operações, ou mudanças durante o ano-base.	Descartado	Este indicador não se aplica à área nem ao tipo de atuação do Bacen
6.6 - Programas e procedimentos relativos ao desempenho econômico, ambiental e social, incluindo: estabelecimento de prioridades e alvos; programas mais importantes para melhorar o desempenho; comunicação interna e treinamento; monitoramento do desempenho; auditoria interna e externa, e análise da		Explicita a política de gestão da sustentabilidade do Bacen

alta administração		
6.7 - Status das certificações relativas aos sistemas econômico, ambiental e social.		Demonstra o tipo de envolvimento do Bacen com a sustentabilidade
7- Políticas Públicas e Medidas de Implementação:		
7.1 - Engloba a definição de desenvolvimento sustentável usada pelo OP e identifica os princípios adotados para guiar as políticas de desenvolvimento sustentável. Citar a fonte da definição de desenvolvimento sustentável e explicar brevemente os princípios adotados.		Idem
7.2 - Identificar os aspectos para os quais a instituição tenha estabelecido políticas de desenvolvimento sustentável.		Este indicador poderá refletir a atuação socioambiental do Bacen, através de seus normativos nesta área.
7.3 - Identificar os objetivos específicos do Bacen para cada aspecto listado em 7.2 .		Refere-se às normas citadas acima
7.4 - Descrever o processo pelo qual os objetivos dos dois indicadores anteriores foram estabelecidos.		Este indicador reflete como as diferentes demandas da sociedade e de outros <i>stakeholders</i> influenciam a área de Normas do Bacen .
7.5 - Para cada objetivo, fornecer as seguintes informações: medidas para implementação; resultados de estimações relevantes sobre a efetividade destas medidas antes de sua implementação; definir alvos e indicadores-chave usados para monitorar o progresso, com foco nos resultados; descrição dos progressos referentes a objetivos e alvos nos períodos de análise, inclusive resultados dos indicadores-chave ; ações que asseguram as melhorias contínuas visando o atingimento dos alvos e objetivos do Bacen e estimativas pós-implementação e alvos para o próximo período.		Este indicador reflete o cumprimento das metas do planejamento estratégico pelo Bacen
7.6 - Descrever o papel e o envolvimento dos stakeholders com relação aos itens citados no item anterior.		Este indicador vai indicar o grau de relevância do papel dos <i>stakeholders</i> do Bacen na definição e acompanhamento de suas metas
8- Indicadores de Desempenho Econômico		
8.1 - Receitas líquidas – as empresas devem mostrar a renda total, dividida entre capital e renda de operação.Demonstra		Demonstra o total de receitas do Bacen
8.2 - Distribuição geográfica dos mercados	Descartado	Idem
8.3 - Custo dos bens, materiais e serviços adquiridos		Demonstra os custos do Bacen para o desempenho de suas atividades
8.4 - Percentagem de contratos pagos de acordo com os termos acordados,	Descartado	Idem

exclusive encargos accertados.		
8.5 - Folha de salários total, incluindo benefícios, aberta por país ou região		Demonstra os recursos destinados ao pagamento de funcionários
8.6 - Distribuições para capitalistas, abertas em juros e dividendos sobre todos os tipos de ações, incluindo dividendos preferenciais não pagos	Descartado	Este indicador não se aplica ao tipo de natureza jurídica do Bacen
8.7 - Aumento e diminuição de ganhos retidos no final do período	Descartado	Idem
8.8 - Total de impostos pagos por país.		Demonstra a soma de recursos destinados ao <i>stakeholder</i> Governo
8.9 - Subsídios recebidos, por país ou região.	Descartado	Estes indicadores não se aplicam ao tipo de atividade exercida pelo Bacen
8.10 - Doações a comunidade, sociedade civil e outros grupos, separados por tipos de grupos		Indicador que mede o grau de envolvimento do Bacen com o público externo
8.11 - Gasto total com infraestrutura de atividades paralelas	Descartado	Este indicador não se aplica ao tipo de atividade exercida pelo Bacen
8.12 - Impactos econômicos indiretos da organização		Tratam-se das externalidades ocasionadas pela atuação do Bacen
8.13 - Gastos Brutos por tipo de pagamento- por ex.salários, impostos, investimentos		Indicador mostra sob que forma os recursos do Bacen voltam para a sociedade.
8.14 - Gastos Brutos por tipo de classificação financeira- usar a classificação do FMI ou, se for o caso, a das contas anuais.		Indicador demonstra como se dividem os gastos brutos do Bacen, por tipo de instrumento financeiro
8.15 - Gastos de capital por instrumento financeiro		Indicador demonstra como se dividem os gastos de capital do Bacen, por tipo de instrumento financeiro
8.16 - Descrever a política de intervenção do Bacen com relação ao desenvolvimento sustentável	Descartado.	Já divulgada em outro indicador
8.17 - Descrever os elos entre as praticas do Bacen e as prioridades das políticas publicas	Descartado .	Idem
8.18 - Descrever os critérios econômicos, sociais e ambientais aplicados aos gastos e aos compromissos financeiros		Este indicador permite verificar se o Bacen incorporou os aspectos sociais e ambientais em suas gestão
8.19 - Percentual dos bens adquiridos com selos de certificação ambiental ou social, aberto por tipos.		Idem
9 - Indicadores de Desempenho Ambiental		
9.1 - Materiais usados, exceto água, por tipo de material (em toneladas, quilos ou em volume)		Compatível com o tipo de atividade do Bacen
9.2 - Percentual de materiais usados que são sobras (processadas ou não) de fontes externas à organização	Descartado	Não se aplica a organizações com as características do Bacen
9.3 - Uso direto de energia, por tipo de fonte primária		Compatível com o tipo de atividade do Bacen
9.4 - Uso indireto de energia		Idem

9.5 - Consumo Total de Água		Idem
9.6 - Localização e tamanho de terra própria ou alugada em lugares de alta biodiversidade	Descartado	Não se aplica a organizações com as características do Bacen
9.7 - Descrição dos maiores impactos na biodiversidade associados com as atividades ou produtos e serviços no ambiente terrestre, aquático e marinho	Descartado	Idem
9.8 - Emissões de gases com efeito estufa		Compatível com o tipo de atividade do Bacen
9.9 - Uso e emissões de substâncias redutoras de ozônio		Idem
9.10 - Emissões significantes de ar por tipos		Idem
9.11 - Quantidade total de lixo por tipo e destinação		Idem
9.13 - Descargas significativas na água por tipo	Descartado	Não se aplica organizações com as características do Bacen
9.14 - Vazamentos significativos de produtos químicos, óleos e combustíveis em termos de quantidade e de volume	Descartado	Idem
9.15 - Impactos ambientais significativos dos principais produtos e serviços		Compatível com o tipo de atividade do Bacen
9.16 - Percentagem do peso dos produtos vendidos que é reutilizável ao final da vida útil dos produtos e percentagem atualmente utilizada .	Descartado	Não se aplica a organizações com as características do Bacen
9.17 - Incidentes e multas por não atendimento a quaisquer tipos de regulamentos referentes a problemas ambientais.	Descartado	Idem
10 - Indicadores de Desempenho Social		
10.1 - Caracterização da força de trabalho, onde for possível, por região, país, status (empregado ou não), tipo de emprego, e por tipo de contrato de trabalho. Identificar também a força de trabalho contratada em conjunto com outros empregadores (trabalhadores temporários), segmentada por país e região		Caracterização da força de trabalho do Bacen
10.2 - Postos de trabalho líquidos criados e <i>turnover</i> médio, segmentado por região/país		Idem
10.3 - Percentual de empregados representados por sindicatos ou percentual de empregados cobertos por acordos coletivos, classificados por região/país.		Idem
10.4 - Política e procedimentos envolvendo informações, consultas e negociações com empregados diante de mudanças nas operações da empresa	Descartado	Não se aplica a uma empresa com o tipo de missão do Bacen

10.5 - Descrição do comitê conjunto para saúde e segurança, incluindo representantes da administração e dos trabalhadores e proporção da força de trabalho coberta por estes comitês.		Explicita detalhes da política de recursos humanos do Bacen
10.6 - Número médio de acidentes, dias perdidos e absenteísmo, incluindo mortes de trabalhadores.		Idem
10.7 - Descrição das políticas ou programas relativos a AIDS		Idem
10.8 - Número médio de horas anuais de treinamento por empregado, por categoria de empregado.		Idem
10.9 - Descrição das políticas e programas de equidade de gênero, e sistemas utilizados para garantir a aderência e seus resultados.		Apesar de este indicador não se aplicar à admissão pois os funcionários são concursados, como o Bacen, poderá se referir à progressão funcional e aos fornecedores
10.10 - Composição dos grupos de administradores sênior e governança corporativa, incluindo a relação homem/mulher e outros indicadores de diversidade apropriados		Relevante para demonstrar a equidade na política de recursos humanos
10.11 - Benefícios dos empregados além dos legalmente devidos		Explicita a política de incentivos aos funcionários
10.12 - Previsão para a representação formal dos trabalhadores na tomada de decisões, incluindo a governança corporativa.		Explicita a possibilidade de diálogo formal entre a administração e os representantes dos trabalhadores
10.13 - Descrição dos programas de treinamento contínuo dos funcionários e de preparação para aposentadoria.		Explicita a política de incentivos aos funcionários
10.14 - Descrição das políticas, diretrizes, estrutura corporativa e procedimentos relativos a todos os aspectos dos direitos humanos, relevantes para a operação, inclusive mecanismos de monitoramento e resultados		Relevante para demonstrar a inclusão dos direitos humanos na política de RH do Bacen
10.15 - Evidências da consideração dos impactos sobre os direitos humanos nas decisões de investimento e abastecimento, incluindo a seleção de fornecedores		Relevante para demonstrar a atuação do Bacen como indutor do respeito aos direitos humanos na cadeia produtiva
10.16 - Descrição das políticas e procedimentos de avaliação do desempenho de direitos humanos, na cadeia de fornecedores, inclusive sistemas de monitoramento e seus resultados.		Idem
10.17 - Descrição das políticas e procedimentos para evitar quaisquer formas de discriminação nas atividades, inclusive dos sistemas de monitoramento e seus resultados.		Relevante para demonstrar a inclusão dos direitos humanos na política de RH do Bacen

10.18 - Descrição da política de liberdade de associação e a medida na qual esta política é universalmente aplicada, independentemente de leis locais, bem como uma descrição de programas/procedimentos para sua aplicação		Idem
10.19 - Descrição da política de prevenção do trabalho infantil, como definido na Convenção 138 da ILO, e a medida em que esta política é visivelmente aplicada , bem como uma descrição de programas/procedimentos para sua aplicação inclusive dos sistemas de monitoramento e seus resultados.		Relevante para demonstrar a atuação do Bacen como indutor do respeito aos direitos humanos na cadeia produtiva
10.20 - Descrição da política de prevenção do trabalho forçado ou escravo, como definido na Convenção 138 da ILO, e a medida em que esta política é visivelmente aplicada , bem como uma descrição de programas/procedimentos para sua aplicação inclusive dos sistemas de monitoramento e seus resultados.		Relevante para demonstrar a atuação do Bacen como indutor do respeito aos direitos humanos na cadeia produtiva
10.21 - Descrição das políticas para minimizar os impactos sobre as comunidades em áreas afetadas por atividades, bem como uma descrição de programas/procedimentos para sua aplicação inclusive dos sistemas de monitoramento e seus resultados		Indicador deverá refletir os cuidados do Bacen para minimizar os efeitos de seus impactos (por ex. a incineração de notas)
10.22 - Descrição das políticas e dos sistemas de gerenciamento, bem como mecanismos de acompanhamento sobre organizações e empregados, no que se refere a suborno e corrupção.		Indicador tratado no Código de Ética do Funcionário do Bacen
10.23 - Descrição das políticas e dos sistemas de gerenciamento, bem como mecanismos de acompanhamento sobre a administração de lobbies políticos e contribuições		Idem
10.24 - Descrição da política visando a preservar a saúde e a segurança do consumidor durante o uso de produtos e serviços, bem como uma descrição de programas/procedimentos para sua aplicação inclusive dos sistemas de monitoramento e seus resultados.	Descartado	Não se aplica ao tipo de atividade exercida pelo Bacen
10.25 - Descrição das políticas e dos sistemas de gerenciamento, bem como mecanismos de acompanhamento sobre organizações e empregados, no que se refere a informações dos produtos e rótulos.	Descartado	Não se aplica ao tipo de atividade exercida pelo Bacen

10.26 - Descrição das políticas e dos sistemas de gerenciamento, bem como mecanismos de acompanhamento sobre organizações e empregados, no que se refere a privacidade do consumidor (identificar áreas geográficas cobertas).	Descartado	Não se aplica ao tipo de atividade exercida pelo Bacen
10.27 - Iniciativas para melhorar o acesso aos serviços financeiros das pessoas desfavorecidas.		Indicador do suplemento setorial do setor financeiro adotado por referir-se à atuação do Bacen na inclusão financeira
10.28 - Políticas para a venda e o design honestos de produtos e serviços financeiros		Idem
10.29 - Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário.		Idem
II Indicadores do Ibase:		
1 - Prev.Privada	Excluído	Não contempla
2 - Part. nos lucros ou resultados	Excluído	Não se aplica
3 - A previdência privada contempla [] direção [] direção e gerências [] todos(as) empregados(as)	Excluído	Não contempla
4 - A participação nos lucros ou nos resultados contempla [] direção [] direção e gerências [] todos(as) empregados(as)	Excluído	Não se aplica

Fonte: Adaptação dos indicadores dos modelos GRI e Ibase feita pelo autor

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)